



# Anais da Assembléia

Nº 49

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE MAIO DE 1979

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1979

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e José Domingos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Deni Schqartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 77, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93 e 94/79, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Leis n.ºs:

02/79: Do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a Fundação Assistencial e Educacional Nossa Senhora da Luz - FUNDALUZ, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.121. — AO CONHECIMENTO DA CASA.

59/78: Do Sr. Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, da cidade de Assis Chateaubriand, o qual convertido em Lei tomou o número 7.123. — AO CONHECIMENTO DA CASA.

122/78: Do Sr. Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública a Associação de Assistência Social Evangélica de Carambeí, com sede no Município de Castro, o qual convertido em Lei tomou o número 7.124. — AO CONHECIMENTO DA CASA.

133/78: Do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Santa Madalena Sofia, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.125. — AO CONHECIMENTO DA CASA.

134/78: Do Sr. ex-Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública o Recanto dos Velinhos de Cianorte, com sede à Rua Curitiba, 1906, na cidade de Cianorte - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 7.126. — AO CONHECIMENTO DA CASA.

161/78: Do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública as Obras Sociais de Ibema, com sede e foro no Distrito de Ibema, Município de Catanduvas, o qual convertido em Lei tomou o número 7.127. — AO CONHECIMENTO DA CASA.

172/78: Do Sr. ex-Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública o DAG SEG Clube Turismo e Previdência, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.128. — AO CONHECIMENTO DA CASA.

78/78: Do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores do Instituto de Previdência do Estado, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.129. — AO CONHECIMENTO DA CASA.

44/78: Do Sr. Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - SOS, Entidade Filantrópica, com sede e foro na cidade de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o número 7.130. — AO CONHECIMENTO DA CASA.

11/78: Do Sr. Deputado Adalberto Daros, que declara de utilidade pública a União Assistencial dos Servidores Públicos - UNIPUBLI, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.131. — AO CONHECIMENTO DA CASA.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que, o presente subscreve, REQUER a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora HELENA ESPERIDÍÃO, ocorrido na Cidade de Paranavaí, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário.

A extinta era esposa do falecido Gabriel Esperidiao, pioneiro da cidade de Paranavaí, e uma das mais tradicionais famílias do Noroeste do Estado.

Da deliberação desta Casa, o subscritor requer que seja dado ciência à família enlutada, na cidade de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) WILSON FORTES

Apoio: Fabiano Braga Côrtes, Pinto Dias e Fuad Nacli.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, se consigne em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo infausto passamento, no dia 14 do corrente, nesta Capital, do Sr. LUIZ FELIPE DE AZEVEDO, ex-Vereador em Siqueira Campos, e membro de tradicional família daquela cidade.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada, residente naquele município.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Luiz Felipe de Azevedo, recém falecido, era uma pessoa boníssima, inteiramente dedicado à família e ao bem fazer. Foi Vereador em Siqueira Campos, deixando naquela cidade o traço marcante de sua personalidade ímpar e de seu alto espírito público. Sua morte deixa uma lacuna impreenchível na vida social e política da cidade em que viveu e à qual dedicou todo o seu labor.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LAURO ELIAS, ocorrido hoje, na cidade de Jacarezinho - Pr. O mesmo foi durante muitos anos, gerente da Caixa Econômica Federal e pertencia a tradicional família daquele município.

Outrossim, requer ainda, que da decisão desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada, em nome do Sr. Walter Ferreira, residente à Rua Cel. Batista, 335, em Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) PALÁCIOS

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem WALTER CARREIRA, com apenas 21 anos de idade, em trágico acidente automobilístico ocorrido em Maringá no dia 14 p.p. O extinto cursava o segundo ano de medicina em nossa Capital, e era filho de Anésio Carreira, Vereador por várias legislaturas em Maringá, a quem deve ser dado ciência do presente.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da professora JACY FELTRIN, ocorrido em São Jorge do Ivaí, em grave acidente automobilístico.

A extinta gozava de grande conceito perante a população de São Jorge do Ivaí, não apenas por pertencer a uma das famílias mais tradicionais daquela comunidade, mas principalmente pelas suas atividades ligadas aos movimentos eclesiais de base da Igreja Católica, desenvolvendo trabalho assistencial dos mais profícuos.

Requer ainda, seja dado ciência do presente à família enlutada, na pessoa do Sr. Perácio Feltrin, irmão da falecida, correspondência que deverá ser endereçada aos cuidados da Câmara Municipal daquela cidade.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da Casa, de voto de regozijo pela passagem, no último dia 15 do corrente mês, o dia alusivo à Assistente Social.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) RENATO BUENO

## JUSTIFICATIVA:

Tal voto representa nossa homenagem a esta laboriosa classe, que tem pautado seus esforços no sentido de compreender e analisar o homem em seu contexto social, assim como institucional, e formulando melhor distribuição de justiça social a todas as camadas da população brasileira.

Da decisão do Plenário, solicito seja dado ciência ao Conselho Regional de Assistentes Sociais, sito à Rua Mal. Deodoro, 252 - 15º andar.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da Casa, de voto de regozijo pela passagem, no último dia 12 do corrente mês, do Dia da Enfermeira.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) RENATO BUENO

## JUSTIFICATIVA:

Tal voto representa nossa homenagem a esta laboriosa classe, responsável que é em grande parte, pela saúde dos brasileiros, e que no transcorrer desta "Semana da Enfermagem", leva a efeito proveitosas comemorações através de conferências e debates.

Da decisão do Plenário, solicito seja dado ciência ao Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, na pessoa de sua presidente, Professora Neusa Aparecida Ramos.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inserção em ata, de um voto de louvor ao CANAL 4 e à REDE TUPI, pela excelência do Programa "ABERTURA", que vem sendo apresentado aos domingos, requerendo também, que se dê conhecimento do fato aos dirigentes das duas entidades homenageadas.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) ROMERO FILHO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, tendo em vista o contido no Ofício Circular 104/79 da ACAMPAR - Associação das Câmaras Municipais do Paraná, convidando os Parlamentares desta Casa para participar do III Encontro Nacional de Integração Municipalista - III ENIM, a realizar-se em Manaus, nos dias 21 a 25 do corrente, solicita à douta Comissão Executiva para que sejam designados 4 (quatro) Parlamentares, para representar esta Casa naquele conclave.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam encaminhados ofícios aos Exce-lentíssimos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Recursos Humanos e Diretor do IPE, solicitando-lhes que sejam criadas COOPERATIVAS DE CONSUMO COM SEÇÕES DE CRÉDITO, para atendimento dos Servidores Públicos do Estado.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

## JUSTIFICATIVA:

A exemplo do que ocorre em relação ao Hospital do Servidor, já solicitado às nossas autoridades por este Parlamentar, o artigo 77 da nossa Constituição prevê, em seu inciso I, a organização de COOPERATIVAS DE CONSUMO para atendimento dos Servidores do Estado.

Apesar de se verificar exatamente o oposto, com a não aceitação, até mesmo dos chamados "SUPER-CHEQUES" ou "CHEQUES-OURO", pela Farmácia e Serviços do IPE, nossa Carta Magna estabelece que tais cooperativas deverão ser organizadas com SEÇÕES DE CRÉDITO.

No momento em que o Governo se mobiliza numa campanha em combate à inflação e pretende impor o congelamento de preços, nada mais racional do que fazê-lo diretamente,

através da criação dessas Cooperativas.

Curitiba, Cascavel, União da Vitória, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e outros municípios que congregam considerável número de servidores públicos estaduais, poderiam ser beneficiados de imediato.

Todavia, por estar junto à sede do IPE, a primeira experiência nesse sentido poderia ser feita aqui mesmo, nesta Capital.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, ouvido o Plenário, que se encaminhe ofício ao Sr. Ministro da Educação, Dr. EDUARDO PORTELLA, solicitando do mesmo que envie esforços no sentido de se evitar qualquer repressão por parte das autoridades, por ocasião da reunião que os estudantes brasileiros realizarão, na cidade de Salvador (BA), dias 20 e 30 deste mês, com a finalidade de reorganizarem a UNE - União Estadual dos Estudantes.

A preocupação não é apenas do meio estudantil brasileiro, mas sim, de toda a população do País, e qualquer manifestação por parte dos órgãos policiais, caracterizaria novamente um símbolo de repressão.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) FIORI LUIZ

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado sucritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER sejam encaminhadas solicitações ao Ministro da Justiça, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Tribunal Federal de Recursos, Governo do Estado do Paraná, Secretaria da Justiça, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná, Pastoral da Terra e Comissão de Justiça e Paz da CNBB - Regional Sul II, para, de uma ou outra maneira, possam envidar esforços, objetivando por fim à angustiante situação de terras que há 15 anos vem prejudicando a área urbana e rural do Distrito de São Pedro, Município de Toledo (PR), cuja triste história envolve litígio possessório entre o Banco do Estado do Paraná S/A e Antônio Padovani, com conseqüências violentas e injustas ao povo lá existente, em razão dos conflitos ocorridos, registrando-se mortes, pressões, ameaças, intimidações, tensão social e desesperança de muitos.

Requer-se ainda, sejam remetidas cópias deste pedido, à Prefeitura Municipal de Toledo, Câmara Municipal do mesmo Município, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo e à Associação dos Moradores e Amigos de São Pedro, com sede no distrito em questão.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### PROJETO DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 62/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santa Izabel do Ivaí, motoniveladora marca Caterpillar, modelo 12-E, ordem 171, ano de fabricação 1964, de propriedade do Estado, que se encontra no 14.º Distrito do DER, sediado em Paranavaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) WILSON FORTES

#### JUSTIFICATIVA:

A máquina que se pretende seja doada ao Município de Santa Izabel do Ivaí, está sendo considerada inservível para os

serviços prestados pelo DER, junto ao 14.º Distrito, sediado em Paranavaí.

Entretanto, a mesma servirá e atenderá às necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Ivaí que vem encontrando sérias dificuldades na conservação de suas estradas e demais serviços, o que virá contribuir de maneira das mais frutíferas para o desenvolvimento daquela rica região de nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa lembra aos Srs. Deputados e funcionários, que no dia de hoje, será realizada a Comunhão Pascal, às 16 horas.

Registramos, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, Sr. João Bosco Pires.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando o Sr. Ney Braga estava para assumir o Governo do Estado, falava-se que a Secretaria dos Recursos Humanos seria extinta, fato que não chegou a acontecer com certeza porque Sua Excelência já deveria estar comprometido com o atual Secretário, para dar-lhe o lugar.

Entretanto, se tivesse ocorrido a extinção dessa Secretaria, seria grande o benefício do Estado, pois além da diminuição da despesa pública, deixaria atrasar os processos relativos a pessoal que é de sua competência.

Dentre outras morosidades inexplicáveis, lembro agora de uma que já seria o suficiente para excluir essa Secretaria ou a participação dela na administração pública. Como é sabido, a nossa Polícia Civil está carente de recursos humanos há muito tempo, justificando por isso a abertura de concurso para preenchimento de vagas, quase em todas as carreiras, dentre as quais, de médico legista, delegado de polícia, peritos, etc. Acontece, que mesmo estando com grande necessidade desse tipo de pessoal, a Secretaria de Segurança Pública tem que se socorrer na Secretaria de Recursos Humanos, que é encarregada de organizar e presidir tais concursos.

Todavia, insensível aos problemas que afligem a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria dos Recursos Humanos vem qual carangueijo, realizando os concursos sem nenhuma pressa ou interesse. Tanto isso é verdade, que está completando um ano desde a abertura dos concursos para preenchimento daquelas vagas e até hoje, pasmem, Senhores, os concursos ainda não estão terminados.

Em muitas cidades do interior do Estado não existem médicos legistas, e nem delegados de carreira, e muito menos peritos oficiais, resultando que as delegacias estão sendo ocupadas por leigos, de indicação exclusivamente política, causando grave prejuízo à organização policial e ao próprio povo, que deve merecer maior e melhor atenção das autoridades policiais, e sabido é que um delegado de carreira, bacharel que deve ser, tem melhores condições de atender e tratar a população. No caso dos médicos legistas, os delegados têm que sacrificar os médicos da cidade, requisitando deles os exames necessários, sem nenhuma recompensa financeira, quando esses exames devem ser normalmente realizados por médicos legistas.

Maringá, por exemplo, há muitos anos vem contando com apenas um médico legista, muito embora seja uma cidade de 250 mil habitantes, possua a Delegacia central e mais 4 Distritos policiais, além do delegado-adjunto, contando a cidade com 3 Varas Criminais, 4 Varas Cíveis, 1 Vara de Menores e anexos, além de 7 Promotores de Justiça.

Sendo certo que há poucos dias esse médico adoeceu e teve que se licenciar, causando grande transtorno na cidade que requisita os seus serviços todos os dias, por diversas vezes,

obrigando a que o Diretor do Instituto Médico Legal, Dr. Elias Zacarias, tivesse que ir até aquela cidade e levar um médico legista emprestado para suprir a falta que estaria suprida com a nomeação de mais um ou dois médicos, a exemplo de Londrina, pois havendo três médicos legistas - e Maringá precisa desse número de médicos - no caso de doença ou licença para qualquer fim de um deles, não causará nenhum embaraço no desempenho de sua missão.

Quanto às perícias, pela falta de elemento próprio, as Subdivisões Policiais são obrigadas a encaminhar os processos e requisições judiciais de perícias para a Capital do Estado, tumultuando o bom andamento do serviço.

Há pouco tempo, a Corregedoria da Polícia Civil precedeu uma correição na Polícia Técnica, e encontrou dezenas de inquéritos e processos pendentes de perícias, de todo o interior do Estado, paralisados há muitos anos, resultando na prescrição da maioria dos crimes a que se referia, sendo ditos autos encaminhados às respectivas comarcas sem as perícias requisitadas, apenas para arquivamento, causando por certo, irreparáveis prejuízos às partes interessadas.

Quanto às outras carreiras, nem é necessário comentar, pois diariamente ouve-se falar nas dificuldades que vivem as repartições policiais do Estado pela falta dos mesmos. Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é possível que uma Secretaria bem montada, com sobra de pessoal como é o caso da Secretaria dos Recursos Humanos, permaneça atrapalhado, desorganizado e causando transtorno nas demais Pastas, especialmente a da Segurança Pública, demorando mais de 1 ano para realizar alguns concursos públicos, complicando toda a máquina administrativa sem nenhuma consideração para com os concursados que estão à espera do resultado dos concursos durante todo esse tempo, quando poderiam ser realizados em 60 dias ou até em menor tempo, como são os concursos da Magistratura e do Ministério Público.

Quem sabe se o Sr. Ney Braga devesse mesmo decretar a extinção dessa Secretaria, devolvendo a cada Secretaria o direito de organizar e realizar seus próprios concursos, uma vez que cada um é que deve saber de sua necessidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezzi.

O SR. NILSO SGUAREZZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No último dia 6 de abril, o ilustre Deputado José Tavares, denunciou, desta tribuna, um ato de perseguição política em Bela Vista do Paraíso, quando filhos de emedebistas foram impedidos de se utilizarem do ônibus escolar, por ordem expressa do alcaide municipal.

Trago agora, para nova denúncia, outro caso semelhante, registrado no Município de Alto Piquiri, onde o Prefeito, aquinhado com dois micro-ônibus para transporte de escolares, sente-se no direito de "castigar seus ocupantes e usuários", sem admitir qualquer tipo de reclamação.

Realmente, é incrível tais acontecimentos e, por isso, transcrevo o teor do ofício número 1043/79, firmado pelo Prefeito Oswaldo Nicoletti, de Alto Piquiri, em data de 11 de abril, e endereçada ao Sr. Antônio Barros de Souza, Vereador pelo MDB, representante do Distrito de Brasilândia junto à Câmara Municipal.

O documento está assim redigido:

"Sr. Vereador: Já deve ser do conhecimento de Vossa Senhoria, que seu filho João Zanela Barros de Souza, esteve em duelo com o estudante Nelson José Bazei, no último dia 2, quando o ônibus transportava os estudantes do Distrito de Brasilândia à sede municipal, ocorrendo inclusive ofensas corporais, cujos atos consideramos de contundente indisciplina e de desrespeito ao patrimônio público e aos seus colegas de viagem. Por esse motivo, eles estão terminantemente proi-

bidos de viajar no ônibus nos dias 17, 18 e 19 do corrente mês, e ano, bem como, notificados de que, caso venham a contestar o castigo QUE LHES aplicamos ou a repetir quaisquer atos de indisciplina, ficarão definitivamente proibidos de viajar no veículo de transporte de estudantes". (grifo nosso).

Ora, se por sua vez o Diretor do Colégio no qual estão matriculados os referidos estudantes, usando de suas atribuições, procedeu a suspensão de suas atividades escolares durante três dias, a iniciativa estranha e incompreensível do Sr. Prefeito é totalmente desvalida, agravando-se ainda, pela prepotência em não admitir reclamações.

Ora, não se entra no mérito da questão quanto à iniciativa, legal e admissível por parte do Sr. Diretor do Colégio Papa João XXIII, por ser amparada por Regimento Escolar e que visa a manutenção da disciplina no estabelecimento de ensino. Condene-se sim, o abuso de autoridade cometido em ato arbitrário do Prefeito Municipal.

Por estas e dezenas de outras questões, está comprovadamente evidenciada a indisciplina no uso dos veículos em poder dos municípios, destinados ao transporte de escolares.

Cumpra ainda, lembrar um recente comentário em órgão da imprensa desta Capital, denunciando a presença de um desses ônibus nas praias paranaenses. Muitos também já foram vistos conduzindo jogadores de futebol, contrariando a especificação de suas reais finalidades.

Finalizando e enfatizando a necessidade da adoção do presente plano de lei, além das razões já alinhadas, acrescento-se que a matéria, sendo de competência do município, admite a disciplina legal, nos termos propostos.

Com tal providência, a Câmara não apenas interfere no regramento, como adquire o direito de fiscalizar sua aplicação, com todas as consequências da norma específica, ou seja, do Decreto Lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967".

É o seguinte Projeto de Lei que estamos apresentando. (Lê):

#### PROJETO DE LEI N.º 61/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Os serviços municipais de transporte coletivo, serão disciplinados por lei de iniciativa do Prefeito, com aprovação da maioria simples dos Vereadores.

Art. 2.º — Nas Câmaras Municipais serão criadas Comissões Permanentes de Transporte Coletivo, com atribuição de opinar e fiscalizar os assuntos referentes à lei de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º — Dentro de 60 (sessenta) dias, os municípios darão cumprimento ao estabelecido nos artigos anteriores.

Art. 4.º — Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) NILSO SGUAREZZI

#### JUSTIFICATIVA:

Pela Lei Orgânica dos Municípios paranaenses, Lei Complementar número 2, de 18 de junho de 1973, é de competência do município legislar sobre o transporte coletivo municipal. O presente plano de lei passa a exigir, num prazo de 60 (sessenta) dias, que todos os municípios paranaenses, por lei de iniciativa do Prefeito e com a aprovação das Câmaras Municipais, disciplinem este serviço público.

A necessidade desta medida legislativa já se faz sentir há muito tempo. Não havendo lei que discipline tal serviço, infelizmente ele tem ficado ao arbítrio dos Srs. Prefeitos Municipais.

Afloram denúncias, por exemplo, do mau uso que vem sendo dado aos ônibus recentemente distribuídos pelo Governo Estadual. Discriminações odiosas deturpam a finalidade específica daquelas viaturas, originando assim, situações de desgaste da autoridade municipal.

Por outro lado, na Justiça Comum, desaguam as situações

de alvarás pela concessão de linhas municipais, pontos de táxis e toda sorte de casos que a inexistência da lei está criando".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

Declinando, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo que nos traz à tribuna nesta tarde, é para encaminhar dois requerimentos, um à administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, e o outro ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, sendo que ambos versam sobre o mesmo assunto.

É do conhecimento da comunidade paranaense de que há uma grande escassez de óleo vegetal, óleo comestível em toda a rede comercial, em todos os supermercados do Paraná.

Nós que residimos em Londrina, que residimos nesta Capital, podemos afirmar, porque, tanto no Norte do Paraná quanto na Capital, há uma grande escassez deste produto nas prateleiras dos supermercados.

E, por conseguinte, deve o Governo tomar alguma medida, visando minimizar, superar esta crise, e a razão principal destes dois requerimentos que ora encaminhamos à douta apreciação deste Plenário, é exatamente pelo fato de que temos conhecimento de que pelos portos de Paranaguá e Antonina têm passado grandes quantidades deste produto, sendo encaminhados ao exterior.

O primeiro expediente que enviamos a esta Casa, tem o seguinte teor. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que se digne Vossa Excelência, oficial à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, solicitando de sua Superintendência informações a respeito do volume de exportações de óleo vegetal (comestível), no exercício de 1978, bem como do presente exercício, até esta data.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que estamos diante de um racionamento de óleo vegetal (comestível), eis que os Supermercados não admitem que se adquira mais do que duas unidades do produto, e temos conhecimento de que pelos portos de Paranaguá e Antonina têm passado enormes quantidades de tal gênero, para exportação, é de se saber o número exato, para que possamos pleitear medidas mais enérgicas a respeito, visando com isso favorecer o consumo interno".

O segundo é ao Ministro da Fazenda, solicitando de Sua Excelência a proibição dessa exportação, até que o mercado interno, o consumo interno, seja restabelecido. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER depois de ouvido o Plenário, que se digne Vossa Excelência, solicitar, através ofício, ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, Dr. KARLOS RICHBIETER que se proíba a exportação de óleo vegetal (comestível), através os Portos de Paranaguá e Antonina, até que seja normalizado o abastecimento interno.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

O presente pedido se justifica pelo fato de nosso mercado interno estar com escassez de óleo vegetal, para consumo, e grandes quantidades de tal produto sendo encaminhadas à exportação através dos Portos de Paranaguá e Antonina. Tal proibição deverá ocorrer até que seja assegurada a normalidade

do abastecimento interno".

Portanto, Sr. Presidente, esta é a razão pela qual nós nos sensibilizamos com este problema e entendemos que deveríamos fazer este pedido, para que possamos nos inteirar da quantidade da exportação de óleo vegetal que está passando pelos Portos de Paranaguá e Antonina, visando com isso defender o consumo interno, defender a população, para que ela não fique à mercê dos proprietários dos supermercados.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito. (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins, inscrito.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme já foi levado ao conhecimento deste Plenário através de expediente deixado na Secretaria, trago à apreciação dos Srs. Deputados, requerimento referente à conclusão de rodovias de âmbito federal. E que são de suma importância à economia estadual. A competência dessas realizações é realmente do Governo Federal. No entanto, há mais de dez anos, ou precisamente, desde 1969, temos batalhado pela construção destas obras que aqui mencionaremos:

É a BR-487, Pontal do Tigre, que liga o Paraná com o Mato Grosso, é a Transbrasiliana BR-153, que ainda não foi concluída no Paraná, embora já o tenha sido em Santa Catarina e São Paulo.

Sei perfeitamente, tenho conhecimento de que o Governo do Estado está se empenhando no sentido de termos a concretização destas obras. Mas, nos depara o interesse de outros Estados, principalmente São Paulo, pelas condições que favorecerão economicamente o Paraná, que privam, que lutam pela obstrução dessas obras.

Eis porque, reforçando o trabalho que estamos realizando, o Governo do Estado realiza, para que sejam concretizadas essas rodovias.

Trago pois, o seguinte requerimento. (Lê).

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício às autoridades abaixo mencionadas:

— Excelentíssimo Senhor Gal. Ney Aminthas de Barros Braga, DD. Governador do Estado do Paraná;

— Excelentíssimo Sr. Dr. Mário Henrique Simonsen, DD. Ministro do Planejamento;

— Excelentíssimo Sr. Dr. Eliseu Rezende, DD. Ministro dos Transportes;

— Excelentíssimo Sr. Dr. David Elkind, DD. Diretor Geral do D.N.E.R.;

reivindicando para o Estado do Paraná, seja dado prioridade na execução das rodovias:

I — BR-487 (Pontal do Tigre - Campo Mourão - Manoel Ribas - Cândido de Abreu - Ivaí - Ipiranga - BR-373), ligação direta do Estado do Mato Grosso do Sul com o Porto de Paranaguá, expandindo a área de influência do porto paranaense, favorecendo o intercâmbio econômico entre os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul;

II — BR-153 (União da Vitória - Irati - Imbituva - Ipiranga - Tibagi - Ventania - Ibaí), a rodovia Transbrasiliana, com trechos concluídos nos Estados de São Paulo e Santa Catarina;

III — BR-373 (trecho Marmeleiro - Barracão), na interligação com a capital argentina, favorecendo o intercâmbio comercial com aquele País. São 72 quilômetros, com terraplanagem já executada.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) CYRO MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento geral que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, executa algumas obras no Paraná, tais

como:

- BR-277, Curitiba-Paranaguá, numa extensão de 87km;
- Contornos Sul e Leste de Curitiba, com 40km;
- Duplicação do trecho Campo Largo-São Luiz do Puro, numa extensão de 26km;
- Duplicação até Araucária, com 9km;
- BR-272, Campo Mourão-Goioerê, com 76km;
- Reforço de pontes e melhorias de traçado na BR-277, no trecho Guará-Três Pinheiros;
- Restauração do trecho Araucária-Lapa, da BR-476, numa extensão de 42km.

Estas realizações que foram mencionadas, constituem numa retribuição do quanto o Paraná empreende, faz e participa na economia do País.

No entanto, é justo, e, o sentimos de forma irrefutável, que os esforços realizados pelos paranaenses no desenvolvimento e progresso da Nação, são merecedores destas reivindicações.

Ressalte-se que as obras aqui pedidas, já foram motivação de idênticos apelos ao Governo Federal, a partir de 1969, através da Associação dos Municípios do Paraná, dentro dos anseios de mais de três dezenas de municípios, sempre enfatizando a importância do intercâmbio entre Estados, nas vantagens de escoamento das produções agropecuárias pelo Porto de Paranaguá, e, no intercâmbio com a Argentina.

São três rodovias.

A primeira, Rodovia Pontal do Tigre (BR-487), visando eliminar o hiato atualmente existente na infra-estrutura viária da zona centro-nordeste do Estado, abrangendo vasta e rica região, produtora de soja, trigo, café, milho, algodão e outros, no setor agrícola. No setor pecuário, é de relevante importância as criações de gado e suíno.

Reivindicando, a Rodovia Pontal do Tigre, estamos propiciando maiores facilidades no transporte dos produtos paranaenses, como também favorecendo a riquíssima região de Dourados e Campo Grande que passarão a ter no Porto de Paranaguá, o escoamento natural de suas produções para os mercados internacionais.

A segunda, Rodovia Transbrasiliana (BR-153), que com sua conclusão no trecho de nosso Estado, completará a ligação dorsal dos três Estados sulinos.

A terceira, Rodovia Federal BR-373, que com a conclusão dos 72km entre Marmeleiro e Barracão, facilitará o escoamento das produções argentinas e também catarinenses através de nosso Estado, não deixando de evidenciar a grande importância no intercâmbio comercial com a Argentina.

Dentro dos interesses superiores da Nação, na avaliação da importância inegável e na consequência econômica da concretização destas rodovias, fica toda a nossa confiança nas atenções e providências que serão tomadas.

Era só, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Concedo a palavra, dentro do Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Leônidas Chaves, inscrito.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nosso objetivo, no dia de hoje, ao ocupar a tribuna, é colaborar com o desenvolvimento cultural de nosso Estado. Focamos, especialmente, a Fundação Teatro Guaíra que mantém, entre outras atividades, uma Escola de Arte Dramática, uma Escola de Ballet, além de promover espetáculos outros de maior importância.

Não podemos nos esquecer do notável sucesso alcançado, ainda recentemente, pelo Corpo de Ballet daquela instituição que, na Capital Federal e nas principais platéias do Brasil, foi alvo de admiração e chegou mesmo a provocar elogios da crítica especializada.

Entretanto, notamos que falta, àquela instituição cultural, a necessária divulgação para que possa atingir mais o públi-

co; grande parte dele ainda ignorado no trabalho que se realiza naquela casa.

Nossa presença na tribuna é tão somente para sugerir a S. Ex.<sup>a</sup> o Governador Ney Braga que, tendo sido Ministro da Educação e conhecidas suas relações estreitas com o mundo artístico e cultural do nosso País, por certo será sensível ao nosso apelo, que acione a estrutura da Assessoria de Divulgação do Poder Executivo, levando à imprensa e ao público o que se faz na Fundação Teatro Guaíra, promovendo seus cursos e seus espetáculos, seus artistas e suas promoções, de forma a prestar ao povo do nosso Estado e da Nação, um serviço de maior aproximação com a cultura.

Sabemos que o povo só se sedimenta como tal, adquirindo personalidade própria, na medida que consolida sua cultura, e mesmo a divulga, de forma a servir de exemplo a outras comunidades.

Temos no Paraná um ambiente cultural restrito, talvez, mas com produções de mais alta qualidade. Estimulá-lo e divulgá-lo servirá para a sedimentação de nossa estrutura social, como estimulá-lo à nossa juventude estudantil, e principalmente para gerar novos nomes e novas iniciativas que só engrandecerão o nosso Estado e a Nação Brasil.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Encerrado o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Antes, porém, registramos a presença em nosso plenário do Sr. Leonildo Grotta, Nilson Costa Rezende, Dorival Cavalcanti, Antônio Bernardino Sena Neto, Vereadores do Município de Goioerê.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich, orador inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — “Nem pode haver ira, sem haver pecado”, e, às vezes, poderá haver pecado sem haver ira, porquanto a paciência, o silêncio, fomenta a negligência dos maus e tenta a perseverança dos bons”. Padre Manoel Bernardes”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(**Lé**): “Represento nesta Casa uma região marcada pelas cicatrizes da violência. O extremo-oeste do Paraná é conhecido há muito tempo pelos sérios conflitos entre posseiros e proprietários de terras, ou na falta destes, entre posseiros e grileiros das mesmas terras.

A comunidade de São Pedro, distrito de Toledo, está envolvida há mais de quinze anos pela malfadada questão litigiosa — até agora sem uma definitiva solução — entre o Banco do Estado do Paraná S/A. de um lado, e a família Padovani de outro. O litígio de São Pedro reveste-se de peculiaridades e nuances bem diversas das de outras regiões e, talvez por isso mesmo, ainda não pôde ser resolvido, continuando a transformar uma terra existente para o trabalho e seu usufruto, em teatro de escaramuças, de conflitos, de insônias para os que ali mourejam, e de inquietações para a família sãopedrense.

Diferentemente de outros rincões do Paraná, a luta ali não é entre um proprietário de terras ou grileiro e vários posseiros; sim o inverso na ordem dos fatores: quem está sofrendo, quem está enfrentando o furacão na própria carne, quem está vendo suas pequenas propriedades invadidas e incendiadas, quem está sendo preso juntamente com correccionais da pior das espécies, quem está recebendo carga de chumbo ou mesmo aço nas costas e, às vezes, até morrendo, não são posseiros, mas pequenos e legítimos proprietários que, na melhor boa fé, compararam suas chácaras ou suas colônias do Banco do Estado, mediante contrato registrado em cartório e até algumas escrituras, e, por causas de litígio, perdem o sono, perdem a saúde, perdem a tranquilidade e, de vez em quando, perdem a própria vida.

O aspecto judicial das transações que legitimaram ou não a compra de milhares de alqueires de terra naquela região pelo



Banco do Estado, e o posterior litígio desse com os representantes do latifúndio selvagem: a família de Antônio Padovani, não é nem poderia ser objeto deste pronunciamento. Trata-se de assunto ora confiado à decisão do Tribunal Federal de Recursos, cumprindo a todos os interessados apenas aguardar a decisão final. Somente o Judiciário poderá dizer até onde chegam os direitos do posseiro Antônio Padovani, e quem tem ou não de desocupar a terra que COMPROU do Banco mediante contrato.

Mas — Sr. Presidente, Srs. Deputados — é preciso esclarecer que os inúmeros adquirentes dessas chácaras, ou colônias, compraram-nas imbuídos na boa fé de estarem comprando terra legítima, não só por lhes estar sendo vendidas por uma organização bancária oficial, senão também porque o próprio contrato em si dizia ser o Banco "senhor legítimo possuidor de uma área de terras com 5.825 alqueires paulistas, ora denominada "NÚCLO SÃO PEDRO" e parte integrante da maior porção na Colônia Rio Quarto. O Banco, portanto, enganou e ludibriou os agricultores compradores. Qualquer um de nós — Sr. Presidente, Srs. Deputados — poderia ter caído no conto do Banco do Estado. Mesmo assim, surgida a pendência entre o Banco e a família Padovani, os proprietários dessas chácaras e colônias acataram respeitosamente a determinação judicial no sentido de ser mantido o "statu quo ante", isto é, de não modificarem o estado físico da terra, desde que incluída na área sequestrada ou na parte sob "observação cautelar", até decisão final da Justiça.

Se a família Padovani também houvesse respeitado e acatado esse despacho do Poder Judiciário, tudo estaria em paz sem dúvida: todos trabalhando em suas terras, até que o Tribunal decidisse como de melhor justiça lhe parecesse. Não haveria na hipótese paralela à luta judicial de dois querelantes, uma luta inglória dos pequenos proprietários com a polícia, por vezes a serviço dos Padovani, e com os jagunços que formavam um verdadeiro exército particular dos posseiros.

E é justamente para denunciar essa luta desigual dos pequenos agricultores daquela região, enfrentando os desmandos policiais e o trabuço dos jagunços, que agora ocupo a tribuna, apresentando fatos cuja documentação possuímos e está à disposição dos Srs. Deputados.

Parece-me chegada a hora de dizer "BASTA!" aos que prendem arbitrariamente, aos que atacam, incendeiam e matam na região de São Pedro, transformando em vítimas famílias que não têm nada a ver com a demanda de Antônio Padovani e o Banco do Estado do Paraná.

É esse corre-corre com medo dos jagunços, das prisões injustas e arbitrárias, das fuzilarias e dos incêndios, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não pode mais continuar sacrificando o trabalho de toda uma comunidade, enquanto não chega a vez de o Tribunal Federal de Recursos proferir também seu "BASTA!" na pendência judicial entre as partes.

São Pedro já teve mais de 1.200 propriedades urbanas, hoje tem menos de 800. São Pedro já possuiu uma população de mais de 20.000 habitantes; atualmente ela não chega a 15.000. O Distrito de São Pedro já possuiu um posto médico que, infelizmente, não mais existe. A obra do sofrido povo de São Pedro tem diminuído nos últimos anos face à tensão existente naquela área. A violência social que se pratica ali é das mais angustiantes. Nas áreas sob depósito judicial, os proprietários não podem reforçar seus ranchos, muito menos efetivar o plantio de qualquer produto, sem a autorização da Justiça Federal.

Citarei aqui apenas algumas ocorrências, aquelas que ficaram mais vivas na triste história daquela região, pois não posso o tempo necessário para narrar toda a série de tropelias registradas no seio da família saopedrense.

Inicialmente referirei-me à pequena amostra do heroísmo lampeonesco do jagunço Vivaldo Vilasboas que, a serviço de Antônio Padovani, dava, já em 16 de abril de 1967, invadindo

as margens do Córrego Silvestre e queimando ostensivamente uma palhoça alheia para construir, no mesmo local, outra para um seu preposto.

Em 1968, a quarta-feira de cinzas seria, como o foi, o dia em que Joaquim Inácio de Melo também viraria cinzas pelas balas de jagunços, vindos não sabia ele de onde, no momento em que trabalhava em sua própria terra.

Em 1969, a 5 de março, José de Souza e seus trabalhadores recebiam, dentro da chacara n.º 62, do lote 14, uma sarai-vada de tiros, cujas balas não os atingiram porque todos se jogaram sob as colvaras e fugiram rastejando.

Em 18 de agosto do mesmo ano, a casa de Luís Francisco de Souza, na chacara n.º 23, era queimada por jagunços. No dia seguinte, dia 19 de agosto, Manoel Henrique Sobrinho (lotes 88 e 89) viu sua roça atacada por uma fuzilaria calculada em 150 disparos. Cientificada dos acontecimentos, a Guarda Florestal pediu reforços ao Delegado de Polícia de Toledo, o Dr. Tadeu Teixeira Alves; S. S.ª respondeu que o povo estava "sensacionalizando" os acontecimentos e não deu os reforços pedidos, mostrando dessa maneira que estava brincando com a segurança daquelas famílias.

Em 1970, depois de preso por causa de porte de arma sem licença (revólver e peixeira simultaneamente), o jagunço Expedito Maia de Oliveira chegava a São Pedro integrando uma diligência policial do próprio Delegado Dr. Tadeu que o prendera. E no dia 9 de março era ele, jagunço, quem prendia quatro trabalhadores numa roçada de beira estrada a serviço da Colonizadora Bentheim & Cia. Ltda., concessionária do Banco do Estado do Paraná. Jogados num jipe de Arlindo Schneider, os trabalhadores foram remetidos a Toledo e trancafiados na cadeia, sem a menor explicação do Delegado. Sabedores da prisão, quarenta companheiros daqueles trabalhadores foram a Toledo pedir intercessão de um advogado para se obter a liberdade dos presos. Achavam-se os quarenta em frente da Prefeitura, quando lhes veio ao encontro o Secretário do Prefeito Egon Pudell, hoje nosso colega nesta Casa, e informou que o advogado Dr. Luiz Carlos de Lima já os esperavam na Delegacia, para juntos falarem ao Delegado. Era uma cilada... Quem os esperava era o Dr. Tadeu com um contingente fortemente armado para mantê-los no xadrez. Por sorte, chegou, de fato, o advogado, ainda em tempo de evitar mais um desmando. O Delegado, porém, foi peremptório: "Nunca mais pisem nesta Delegacia, senão metralharei todo mundo, sem dó nem piedade!" Alias, no ano anterior o mesmo Delegado já havia apriisionado, com "armas de guerra" — machados — 13 trabalhadores de São Pedro. Para a libertação dos machados foi necessária uma ordem judicial. Trabalhar com machado era, para o Dr. Tadeu, portar "arma de guerra".

Antônio Martinelli teve a casa derrubada pelos jagunços dos Padovani; condoídos, os vizinhos ajudaram na construção de outra casinha; resultado: Martinelli foi preso por ordem do Dr. Tadeu e, depois de solto, uma visita periódica do jagunço Durval Caetano, comandando policiais, para intimidá-lo e forçá-lo a desocupar o chão.

Em 1973, era a casinha de José Edilson da Silva que ia ser incendiada; salvou-a a coincidência de populares passarem pelo matagal próximo e encontrarem os dois galões de gasolina, chamado, em seguida, o Cabo Dias, da Polícia Florestal, apreendeu o combustível.

Seria, como disse — Sr. Presidente, Srs. Deputados — necessário muitas horas para relatar em todos os seus ediondos detalhes, um a um, os tristes episódios ali registrados contra os que não têm culpa de haver comprado terras que somente depois de compradas — diga-se de passagem —, foram objeto de seqüestro ou de "observação cautelar" e que mesmo assim, se resignaram a esperar pela decisão final do Juidciário. Não podiam sequer trabalhar em suas terras sem conservar incólume o estado físico destes, conforme exigia a Justiça, mas o Sr. Antônio

Padovani, bafejado por autoridades menos escrupulosas, primava por não fazer caso dessa recomendação judicial e mandava Lindolfo E. de Carvalho entrar nos lotes 111 e 112 (estrada mestra), dizendo este que iria, inclusive, derrubar a mata e construir casas. João Pereira e João Feliz, também gente do mesmo Padovani, eram autorizados pelo célebre preposto Durval Caetano a invadir lotes 97 e 106. Pedro Sardinha era expulso do lote número 11 (estrada Cabreúva) por elementos de Padovani, para aí ser construída uma casa de algum preposto.

No dia 30 de dezembro de 1974, Antônio Luiz Gaspar de Souza, proprietário de um caminhão Chevrolet, ano 1962, foi à chácara número 31, de propriedade de José Antônio Lopes Iglezias (conhecido por José Espanhol), apanhar uma carga de madeiras que esse vendera à "Comercial Catuzzo de Cereais Ltda.", estabelecida com serrarias em São Pedro. Nem bem começavam a carregar o veículo, dentro da propriedade, legal e escriturada, de José Espanhol. O inquérito apurado pelo Delegado Major Rui Ferreira da Silva, foi concluso à Justiça. Nesse inquérito são indiciados ninguém mais ninguém menos do que os jagunços de Antônio Padovani: Vivaldo Vilasboas, Expedito Maia de Oliveira e Oliveira Rodrigues Sobrinho. Embora não contendo inquérito, menciona-se em São Pedro que Celso Padovani disse afrontosamente a Ernesto Catuzzo haver mandado incendiar o caminhão e que ele não votasse a comprar madeira de José Espanhol, para não acontecer pior. Esse mesmo Padovani estava exigindo que a "Comercial Catuzzo" lhe entregasse a madeira já recebida e, não sendo atendido, mandou esvaziar os quatro pneus de uma "Brasília" de Ernesto Catuzzo logo que esse apareceu em Cascavel.

Em fins de 1974, alguém — até agora não se sabe quem — já havia eliminado o jagunço-mor do grupo de Antônio Padovani, o marginal Durval Caetano. Suspeitas estavam sendo levantadas em todos os lados, pois quem vive fabricando inimigos não pode saber de que lado irá receber o troco.

Em 26 e 27 de fevereiro de 1975, mais uma autoridade policial entra na lista como aliado de Padovani: durante esses dois dias são arrastados de suas casas, de seus locais de trabalho e mesmo do centro de São Pedro, os cidadãos Guido Heis, Jaime Fernandes Faria, Manoel Firmino de Souza, Ivo Heis e Roldandi Gonçalves de Moraes. Policiais de Cascavel, em trajes civis e mancomunados com os jagunços e incendiários Expedito Maia de Oliveira, Vivaldo Vilasboas e um indivíduo conhecido como "José Barbudo", prendem, aviltam, enxovalham e conduzem tais cidadãos às prisões de Cascavel, imundas por excelências, a mando do Delegado Dr. Durval Teixeira. A senhorita Marlene Heis, só não foi presa em virtude de tenaz oposição de seu irmão Honório Reis, dizendo jamais consentiria seguisse sua irmã em companhia de jagunços.

Guido Heis, Jaime Fernandes Faria e Manoel Firmino de Souza, por insinuações de certa menor aliciada por Cr\$ 1.500,00, segundo se apurou, eram acusados de suspeição na morte do jagunço Durval Caetano; os demais vieram a ser presos em Cascavel quando buscavam saber o destino dos parentes, amigos e vizinhos presos. Cascavel — diga-se: de passagem — é, por mera coincidência, a cidade onde residem os Padovani. Não foi dada a menor satisfação ao Delegado de Toledo, talvez pela sua notória incapacidade de convivência com jagunços, enquanto presos eram jogados na envolve juntamente com correccionais da pior espécie. Ivo Heis, Hilário Heis e Roldandi Gonçalves de Moraes, presos no dia 27, foram soltos no dia 28. Os demais saíram com "habeas corpus" impetrado pelo advogado Dr. Luiz Carlos de Lima, após permanecerem 7 dias na prisão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em São Pedro chegou-se ao ponto de, em certa época, impetrar-se "habeas corpus preventivo" em virtude das ameaças de prisões. Só de uma vez o advogado Lima impetrou-o em favor de 14 pessoas, que estavam

sendo perseguidos por jagunços e policiais a serviço da família Padovani.

Mas as prisões arbitrárias não pararam aí. A menos de 6 meses ainda foram arbitrariamente recolhidos à prisão diversos trabalhadores de São Pedro.

É isso, Srs. Deputados, que não pode mais continuar acontecendo. Pouco ou nada nos interessa que, na sentença judicial, ganhe a família Padovani ou o Banco do Estado do Paraná. A retidão da Justiça fará com que ela decida em favor de quem merecer. O que não se pode aceitar é a demora na decisão judicial. Enquanto a balança da Justiça não pende para nem um dos lados, continuam a pender a insegurança para o lado dos pequenos agricultores que nada têm com essa questão. Não se pode conceber que a comunidade de São Pedro continue sem paz e tranquilidade para trabalhar.

O povo de São Pedro, e cada ano que passa, aguarda com mais insistência a solução do litígio. Há mais de quatro anos, quando o Sr. Jayme Canet Júnior, indicado para governar o Paraná, percorreu todo o Estado, esteve também em Toledo, onde nas dependências do Clube do Comércio, elogiando o movimento de 64 e citando uma experiência vivida por sua família, disse que: "antes de 1964 minha família teve que dormir com metralhadora embaixo do travesseiro, tal era a insegurança e os conflitos de terras existentes no Paraná, e que, felizmente, hoje isso não é mais preciso", querendo dizer com isso que não mais existia insegurança e conflitos de terra no Paraná. Com essas palavras os pequenos agricultores de São Pedro passaram a acreditar em Canet, principalmente porque ele fora diretor-presidente do Banestado em 1966, quando fatos violentos — de seu conhecimento — ali aconteceram."

Gostaria nesse instante de pedir para serem breves os Srs. Deputados, e me perdoem essa colocação, para que eu tenha tempo de concluir. E, para os apartes, inicialmente o ilustre Deputado Ruben Valduga.

**O Sr. Valduga** — Pois, prezado Deputado. Ouvi com bastante interesse e acho que efetivamente as colocações são a bem dizer, generalizando tanto quanto conheço, absolutamente verdadeiras e por essa razão, S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador do Estado, sabendo da calamitosa situação em que se encontrava a Colônia de São Pedro, procurou tanto quanto lhe é possível, sem interferir nas colocações e posições da justiça, mas solicitar o empenho dado numa questão que realmente transcende e pessoalmente encaminhou o Secretário da Justiça do Estado do Paraná, para que se empenhasse junto ao Tribunal Federal de Recursos, para dar um fim, para solucionar essa pendência, que é justamente quem cria a incerteza, como bem disse o colega que nessas alturas, o mal que já sofreram as pessoas, é uma questão já acontecida, mas enfim, o que o Estado deve fazer, em questões tais, é dentro da sua independência procurar o interesse e chegar até os canais mais altos da justiça, para que tenha solução e, para não me demorar mais, tenho aqui em mãos um telex datado de 15 de maio de 1979, a propósito dessa pendência lá no Tribunal Federal de Recursos, e me permitiria ler o telex, que talvez venha esclarecer o ponto em que se encontra, que é exatamente, afinal, a questão que irá dirimir essa pendência que mais parece uma tragédia de Shakespeare que diz que um dos males terrenos maiores é a morosidade da justiça.

Enfim: (Lê): "BRASÍLIA DF TELEX NN 489 DT 15-05-79 HWS 17:39

Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Dr. Ney Aminthas de Barros Braga

DD. Governador do Estado do Paraná

CURITIBA — PR

URGENTE

Sec. Gab. Presidência DT 15-05-79, Atendendo solicitação do telex NR 854, de 8 do corrente, transmito Vossência parte final do despacho por mim proferido nos recursos extraordinários



rios interpostos nos autos da apelação cível n.º 31.292, do seguinte teor: inicialmente, quanto ao apelo extremo do Banco do Estado do Paraná (fls. 2.034/2.040), homologo o seu pedido de desistência (fls. 2.986). Relativamente ao recurso extraordinário dos autores (Antônio Padovani e sua mulher), apesar das brilhantes razões expedidas pelo seu patrono, tenho não merecer prosperar. O valor oferecido à causa inicial — Cr\$ 29.000,00 (fls. 2) — não atinge o "quantum" mínimo de alçada regimental do colendo Supremo Tribunal Federal. E, ademais, por tratar-se na hipótese, de litígio decorrente de questão possessória (art. 308, V. do R.I. do STF), cujo recurso não encontra amparo na ressalva do caput do art. 308 do diploma em referência, pois a inquinada violação a texto constitucional, além de não pré-questionada ou ventilada na decisão recorrida (súmula 356 e 282), não fica demonstrada. Indefiro, pois, o seu processamento. E, quanto à arguição da relevância da questão federal, observe-se o disposto no Regimento Interno do STF." Atenciosas saudações PT.

(.) MINISTRO PEÇANHA MARTINS  
PRESIDENTE

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS."

Quer dizer, é realmente, uma notícia para a questão que V. Ex.<sup>a</sup> muito bem patrocina e muito bem expõe. Aqui, o testemunho vivo do empenho pessoal do Sr. Governador do Estado, que pode o brilhante Deputado levar às pessoas que tão ardorosamente defende.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Gostaria, Sr. Deputado Valduga e, em seguida, nós procuraremos dar todos os apartes possíveis, de que inclusive me surpreende essa colocação de Vossa Excelência, no sentido de que há, realmente essa intercessão, me surpreende num aspecto que vejo alegremente essa intervenção. Que eu não posso concordar é que uma demanda como esta e na seqüência do pronunciamento pretendo fazer esse tipo de colocação, envolva o Banco do Estado do Paraná S/A, e, exatamente o ilustre Governador do Estado de todos os paranaenses de hoje, à época era Governador do Paraná; e que essa questão litigiosa de conseqüências tão terríveis ao Paraná e à região, permanecer por esse período todo, são quinze a dezesseis anos, longos anos de uma triste vivência litigiosa. Mas procurarei, na continuidade fazer esse tipo de colocação, em que pese Sr. Deputado Valduga, eu também possuo um telex, como o de V. Ex.<sup>a</sup>, só que é de um advogado, que procurou fazer para mim um relatório da situação do processo em Brasília. E ele conclui no seu telex que recebi ontem que, efetivamente, a demanda quer o Tribunal não receba o recurso, ou mesmo modifique a arguição de relevância, deverá ainda permanecer por ano e meio ou até dois anos, porque inclusive esse mesmo processo se encontra com relator desde 23 de novembro de 1978; até o dia 18 de abril de 1979, o relator ainda não havia se manifestado. Tem o parte V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. Egon Pudell — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nelton Friedrich. Nós ouvimos, atentamente, seu pronunciamento e devo dizer que, lamentavelmente e infelizmente, tudo que V. Ex.<sup>a</sup> tem relatado é a verdade nua e crua, porque eu fui um deles, quer como Prefeito Municipal, quer como Deputado, sempre acompanhei, de passo a passo, esse grave problema de São Pedro; vejo aqui, na tribuna de honra, o ex-Vereador Frutuoso Nogueira que também lutou como nós lutamos. Toda comunidade de São Pedro, é ciente da gravidade que lá tem ocorrido. Agora o que nos resta lamentar, é que V. Ex.<sup>a</sup> diz que a justiça ainda não tenha decidido um problema tão grave. Não quero entrar no aspecto jurídico, mas acredito até com certa convicção, que essa demanda que existe entre Padovani e o Banco do Estado, o Banco do Estado, realmente deve ganhar a questão e deve ser o pro-

vamos procurar com que, talvez, o Tribunal de Recursos, o Supremo Tribunal, dê uma decisão o quanto antes possível. Também devo informar a V. Ex.<sup>a</sup>, por informação do Secretário da Justiça e do próprio Secretário da Agricultura, de que todos aqueles que não têm escritura e sim posse, ou melhor, que não têm contrato e sim posse, já estão autorizados, pela Justiça Federal do Paraná, através do Dr. Newton, que possam plantar. E os três considerados posseiros, se não me falha a memória, um possui oito filhos, outro dez e o outro doze, me disse o Dr. Reinhold Stephanes a questão de dois dias atrás que também terão a sua posse assegurada, porque inclusive V. Ex.<sup>a</sup> sabe que já houve diversas ameaças de despejo desses posseiros. Entendemos nós que são posseiros de boa fé, e não de má fé. Portanto, me congratulo com o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado, Deputado.

Em que pese na seqüência nós haveremos de também analisar os aspectos da presença das autoridades do Paraná no episódio e que nós temos grandes reservas.

O Sr. Gemote Kirinus — Permita-me um aparte, Sr. Deputado?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Gostaria de dar o aparte ao Deputado Kirinus, e em seguida continuar para voltar o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Gemote Kirinus — Sr. Deputado, lembrei-me aqui durante a sua exposição, de uma frase que foi dita pelo saudoso ex-Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, quando ele disse "aqueles que fazem a reforma pacífica impossível, tornam a violência inevitável". Parece ser essa a frase que mais venha a calhar no momento, quando pessoas empenhadas como a Secretaria da Pastoral da Terra, em denunciar, em trazer ao conhecimento das autoridades problemas gravíssimos como este, diga-se de passagem, que São Pedro é apenas um entre centenas de problemas que existem neste mesmo estilo no Paraná afora, quando pessoas buscam pacificamente soluções e outros vêm pedir apenas paciência, paciências, a poucos dias, daqui a pouco já será resolvido, já está sendo encaminhado, e assim a coisa vai se estendendo por dezesseis anos, por séculos, já temos quatro séculos de latifúndio! Durante estes quatro séculos houve uma série de propostas de reforma agrária! Já tivemos um estatuto da terra, hoje letra morta! E quem foram os agentes funerários do estatuto da terra?

Foram exatamente o Governo através dos seus órgãos, IBRA, INDA, INCRA, e continua-se pedindo paciência a esses lavradores que têm todos os dias as suas casas destruídas, suas famílias ameaçadas com arma de guerra, e sempre dizendo que dentro de trinta dias, que dentro de sessenta dias o problema será resolvido.

E foi com esse conhecimento Sr. Deputado Nelton, que ontem ou anteontem tentou-se impedir que viessem depor aqui, na Comissão da Terra em que Sua Excelência participou e participou também os Srs. Deputados Lázaro Dumont, da ARENA e os outros componentes da Comissão. Quando pedimos que viessem depor cinco lavradores da Associação dos Amigos de São Pedro em seguida foram intimados pelo próprio Secretário Reinhold Stephanes, que telefonou para um amigo dele em Toledo, pedindo que desaconselhasse esses lavradores a virem a esta Casa depor. Porque parece que esta prietário. Enquanto que o Deputado Valduga afirmou do telex que recebeu, questão de dois dias atrás, eu estive na Secretaria da Agricultura com o atual Secretário de Agricultura, Dr. Reinhold Stephanes, o qual já me deu ciência desse telex e já por diversas e inúmeras vezes, no mandato do atual Governador Ney Braga nós falamos com ele e, realmente, tem se interessado, como não menos tem se interessado o ex-Governador Jayme Canet Júnior. E quero ser breve e concluir e dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Nelton Friedrich — nós estamos de acordo e conte com nosso apoio, com nosso irrestrito apoio e, juntos

Casa de Leis não é para ficar informada das coisas que acontecem. Que daqui a trinta dias, seria resolvida a situação.

Isso é uma ingerência Sr. Deputado, a este Poder Legislativo e que nós não podemos admitir. Nós queremos ser informados, nós queremos através da Comissão de Terras, Sr. Deputado, também convocar aqui o Sr. Padovani, também haveremos de convocar se for preciso ouvir o Presidente do Banco do Estado; também haveremos de convocar o Sr. Reinhold Stephanes se estivermos interessados! Mas o que nós não admitimos é que impeçam que venham pessoas aqui depor! Apenas isso queria dizer no meu aparte.

**O Sr. Lázaro Dumont** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Em seguida. Eu só gostaria de fazer uma colocação porque tem ainda o Fiori Luiz, ilustre Deputado que previamente já solicitara o aparte. Continuo rapidamente, Sr. Presidente.

"Acontece, porém, que se passaram os seus quatro anos de governo e nada se solucionou.

Quando da última campanha política, uma de suas visitas aos distritos de Toledo, Canet foi a São Pedro, pedir votos para o seu partido, a recepção ao Governador não foi a esperada, pois em meio ao povo que assistia a pregação oficialista, trabalhadores que traziam no rosto o retrato da angústia e do cansaço e com o coração cicatrizado pela desesperança, levantaram uma faixa precariamente elaborada, mas de uma profundidade expressiva onde se lia:

"Sr. Governador, estamos cansados de promessas."

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. — A Mesa informa ao Sr. Deputado que V. Ex.<sup>a</sup> tem um minuto para concluir seu pronunciamento, entretanto, consulto à Liderança do MDB se V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Deputado, poderá ocupar o horário da Liderança. — (Pausa).

Dentro do horário reservado à Liderança V. Ex.<sup>a</sup> tem cinco minutos para a conclusão do seu pronunciamento.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Muito obrigado.

E a história continua, Sr. Presidente.

Abre-se novos e importantes capítulos, pois o Gal. Ney Braga, provavelmente é entre os homens do Governo, o mais profundo conhecedor do assunto. O litígio daquela área se iniciou quando ele era o Governador do Estado eleito pelo povo paranaense. Naquela época, todos acreditavam em sua interferência para resolver o grave problema social que ainda estava em seu início.

Era o momento propício para uma composição entre partes, por exemplo. Mas nada ocorreu. Em seguida, Ney Braga volta a ser eleito pelo povo, desta vez para ocupar uma cadeira no Senado da República do novo Senador esperava-se investidas solucionadoras do litígio, quase oito anos de mandato, e só expectativas, meras expectativas. Entre o mandato do Governador do Paraná e Senador da República, Ney Braga assumiu o Ministério da Agricultura, havia então chegada a grande oportunidade para a solução definitiva, pois o Ministério possuía poderes inclusive sobre o IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária à época, adstrita à Presidência da República, órgão adequado para solucionar a problemática da questão.

O órgão adequado, certo e correto nas mãos do então Ministro da Agricultura, atual Governador do Paraná. Mais uma vez nada aconteceu, apesar do aparato legal e extra-legal que o Governo e os seus membros mais destacados possuíam depois de 64, apesar desse aparato legal e extra-legal, não houve desapropriação, não houve prioridade de reforma agrária sobre São Pedro, como acontecera em áreas próximas de lá, como a região, como a região dos cinco mil, de Assis Chateaubriand, e lá onde o Banco do Estado do Paraná S/A. era uma das partes envolvidas, porque venderam as áreas aos pequenos agricultores, lá não houve INCRA, lá não houve IBRA, lá não houve desapropriação e nem prioridade de reforma agrária. Ao renunciar ao mandato de Senador, novamente o ilustre paranaense volta

a exercer importante função na administração federal, Ministro da Educação e Cultura, mesmo não sendo competência de tal setor, também os toledanos esperavam, uma intercessão decidida pelos irmãos paranaenses do longínquo Toledo. Esperanças, meras esperanças, nada mais que esperanças.

Hoje, nomeado retorna ao Palácio Iguaçu, será que São Pedro, ainda tem esperanças?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito e acreditamos que o injustificado povo de São Pedro ainda tem esperanças. Afinal, enquanto existir um homem, nele ela estará.

E, ao aqui exposto, Sr. Presidente, acresce-se a exploração eleitoreira do caso. Em tais oportunidades, não raro, eles prometem brevíssimas conclusões da longa e histórica crise litigiosa em referência. Este quadro repetiu-se, inclusive, no último período eleitoral. Mesmo então candidato a Deputado Federal, o hoje titular da Secretaria da Agricultura do Paraná, Sr. Reinhold Stephanes, através de expressivos cabos eleitorais, garantiu solução imediata ao problema, o que lhe resultou "gordos" dividendos eleitorais no dia 15 de novembro, num distrito que ele nem havia passado e nem conhecera.

Passaram-se alguns meses e a sociedade São Pedrense organizou-se através da Associação de Moradores e Amigos do Distrito de São Pedro. Associação essa, que tem entre seus objetivos primordiais, desenvolver intensa luta pela obtenção do término do litígio possessório.

Este Deputado, Sr. Presidente, como mera sugestão, propôs àquela Associação que oficiasse esta Casa, em especial sua Comissão de Terras, Migração e Colonização, no sentido de que ela se inteirasse da realidade, objetivando participar do processo reivindicatório dos moradores da área. Acatada a sugestão, Sr. Presidente, aquela Comissão marcou o dia de hoje para ouvir um grupo de agricultores diretamente atingidos, que entusiasticamente receberam tal possibilidade.

Surpreendentemente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na data de ontem, recebi um telefonema angustiante de um dos que viriam depor, extremamente preocupado com o que acabara de acontecer. Por incrível que possa acontecer, procurou-se obstaculizar a presença de tais cidadãos em nosso meio, através de um ato, por certo impensado, que considerava desnecessária a presença, desaconselhando o depoimento pretendido. Quem se prestou a tal e insensato trabalho, assim o fez em nome do Secretário da Agricultura do Paraná, alegando textualmente, que o titular de tal Secretaria possuía a solução imediata no caso.

Onde estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de tantos e tantos anos pretende-se uma solução a nível de gabinete de uma Secretaria da Agricultura será possível? E por que não se procedeu dessa maneira antes, ao longo dos quinze anos? A opinião pública do Oeste do Paraná aguarda uma explicação oficial do Sr. Secretário da Agricultura, inclusive no aspecto de cerceamento ao trabalho desta Assembléia, porque está aqui o único que veio dos agricultores, porque pegou uma carona e saiu de Toledo; porque os outros foram obstaculizados a aqui comparecer. Será que é altamente comprometedor um posicionamento como este?

E surge aqui também o ex-Vereador e o ex-candidato a vice-Prefeito de Toledo, da Aliança Renovadora Nacional, que tem sua base eleitoral em São Pedro, testemunhas vivas de tudo isto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos diante de um inesperado artifício, que envolve escusos interesses, por certo. Não é admissível que não se queira que este Poder, que é a Casa do povo paranaense, conheça as profundezas dos gravíssimos problemas sociais do Estado. Exceto, talvez, por se tratar de um vergonhoso caso que envolve o Estado do Paraná, através de sua instituição bancária oficial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos diante de um inexplicável artifício, que envolve escusos interesses, por certo;

não é admissível que não se queira que este Poder, que é a Casa do povo paranaense, conheça as profundezas da gravíssima problemática social do Estado. Exceto talvez, por se tratar de um vergonhoso caso que envolve o Estado do Paraná, através de sua instituição bancária oficial, porque esses agricultores, repito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, compraram terras não de Padovani, compraram terras, não de qualquer cidadão comum, de uma pessoa física; esses cidadãos compraram terras do Banco do Estado do Paraná, com contrato de compromisso de compra e venda; não têm que ver nada com a briga, com o litígio e nem o Banco do Estado do Paraná, segundo informações hoje, no depoimento dá a carta de anuência, para que eles possam ir ao Banco do Brasil, requerer financiamentos agrícolas, para trabalhar nas terras que eles compraram de boa fé, do Banco do Estado do Paraná S/A., não compraram de jagunços, não compraram de posseiros e não são intrusos.

Mas, não podemos nos calar diante da continuidade de tal problemática, muito menos, ante a utilização de expedientes comprometedores, como vimos ontem e hoje, que desvirtuaram a razão maior da vinda das vítimas do conflito em tela.

Gostaria de ouvir o aparte do ilustre Deputado Fiori Luiz que acompanhou inclusive o depoimento de hoje de manhã, aliás o único depoimento de hoje pela manhã.

**O Sr. Fiori Luiz** — Obrigado, nobre Deputado. São heranças, desgraçadamente, amargas de governos passados. E que podemos esperar quando uma das partes envolvidas é um Banco oficial? Porque neste País, infelizmente, o acerto de contas de poderosos, o chumbo grosso sempre sobra para o povo.

É inadmissível que ainda hoje, em 1.979, tenhamos fatos que mais parecem episódios da Idade Média. E o Governo o que é que faz para controlar ou para solucionar o problema? Absolutamente nada. Quando interesses de grupos poderosos estão em jogo, o Governo simplesmente se omite. São Pedro não é uma exceção, porque litígios de terras neste Estado já virou uma regra geral, mas esta Casa está cobrando e vai cobrar muitas vezes mais, até que o Governo acorde deste comodismo latente, deixe de ser contemplativo e tome a iniciativa.

Exigimos medidas em nome das mães que vivem apavoradas, dos filhos que estão arriscados a levar um tiro e dos pais que enfrentam a situação de peito aberto, defendendo o que é seu.

As mortes verificadas debitamos ao Governo. Se novas mortes ocorrerem, também debitaremos ao Governo; o sangue que está sendo derramado naquela região é um alerta a esta Casa. Será que o Governo só tomará medidas depois que crianças forem mortas? Será que o preço da justiça, nobre Deputado Nelson, é tão alto assim?

Cada vida que tombou naquela região, está debitada na conta corrente do BANESTADO; mas estas mortes, infelizmente, não são contabilizadas no "Balancete Anual".

Muito obrigado, nobre Deputado.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Tenho um compromisso com o Deputado Lázaro Dumont para, em seguida, dar o aparte ao Deputado Tolentino.

**O Sr. Lázaro Dumont** — Nobre Deputado, inicialmente, gostaria de parabenizar-me com Vossa Excelência, por trazer um problema realmente tão grave e tão antigo, desta região, porque nós temos tantas outras no Estado do Paraná. E não vou ser longo no meu aparte, porque sei que Vossa Excelência tem o tempo limitado.

Mas, por coincidência, ainda hoje tive oportunidade de passar quase duas horas, na coordenadoria do INCRA do Es-

tado do Paraná, exatamente tratando de vários assuntos, com problemas de terras no Paraná. E entre eles, este de São Pedro, no Município de Toledo. No qual, como toda a Casa sabe nós pertencemos a uma entidade sindical. E a Federação dos Trabalhadores da Agricultura não está omissa nem neste caso, nem noutros casos, porque a opinião pessoal nossa, é que a nossa entidade pleiteia e advoga, é que num caso desses se titulasse imediatamente a área em favor daquele que está em cima da terra. Que lhe desse o título; seja Mantovani, ou Padovani, seja lá o que for, ou o Banco do Estado ou quem quer que seja, outras áreas que nós temos no Paraná, com outros nomes, idênticas, que briguem e decidam e depois discutam quem realmente é o dono. Mas não prejudicar aquele que é dono da terra.

Assim está a Fazenda Curitiba em Terra Rica; uma outra área de aproximadamente seiscentas famílias em Nova Londrina; esta área de São Pedro; hoje ainda tratando de assuntos de Vitorino, de Renascença, outras áreas em litígio, de Guaraniaçu.

Então, realmente nós temos áreas no Paraná, sem demérito nenhum para o ex-Coordenador do INCRA, mas pelo menos agora assumiu o INCRA no Paraná, um elemento de fácil diálogo e com vontade de trabalhar.

O que a Federação neste episódio, especialmente o de São Pedro, inclusive vou elogiá-lo, fez um relato já, no ano passado, de toda a situação, encaminhou ao INCRA e nós estamos pleiteando para ver se o INCRA, enquanto perdura isso, desapropria esta área e titula em favor daqueles que estão lá.

Agradeço o aparte e parabenizo-me com Vossa Excelência e repito aqui as palavras do Deputado Egon Pudell que representa também o Município de Toledo:—

- Lamentável e infelizmente, nós somos obrigados a concordar com Vossa Excelência porque o bom seria se nem Vossa Excelência tivesse feito o pronunciamento e nós não tivéssemos a oportunidade de dar este aparte.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Agradeço ao Deputado e também ao Presidente da FETAEP, não só pelo aparte mas também pelo trabalho da entidade.

Rapidamente, nobre Deputado Tolentino, porque Sua Excelência o Sr. Presidente, já está fazendo referência ao horário esgotado.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Lamentavelmente, a censura sempre recai sobre o Oeste. E agora, recai especificamente sobre Cascavel.

Mas, Sr. Deputado, a prestação.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — A Mesa não aceita as insinuações do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, haja vista que, de acordo com a composição da Mesa que apresente com a Assessoria, o nobre Deputado que está na tribuna, está falando além do tempo regulamentar. Não aceita a insinuação do Deputado.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — E este Deputado, com a devida vênia, não aceita também, porque não me dirigi a Vossa Excelência, e sim, ao Deputado que está na tribuna.

Prossigo com o aparte, nobre Deputado.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Que seja breve, ilustre Deputado.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — A prestação jurisdicional do Estado na questão da justiça é mais falida do que todos os modelos implantados por esta revolução, que tantos defendem nesta Casa.

É absurdo, absolutamente desumano o que está ocorrendo no Oeste do Paraná, há mais de quinze anos, mas, especialmente nestes quinze anos, especialmente nos anos que esta revolução se implantou no País.

É o problema de Itaipu, é o problema do Parque Nacional, é o problema das Usinas que os proprietários não recebem do

Banco, indenização coerente com o valor da terra, e este problema do Banco do Estado que, pessoalmente, nobre Deputado, quantas vezes estive no Palácio Iguaçu, no Governo Ney Braga, no Governo de Paulo Pimentel, como advogado, para ver se colocávamos um impasse, inclusive com proposta de acordo para se colocar um paradeiro nesses desmandos policiais, nesses desmandos de jaguncismos também do Banco do Estado, que está provado nos processos no Supremo Tribunal Federal, e uma série de ingerências desta natureza.

Mas, o que me revolta, Deputado, é que essas gestões não se terminam jamais, e que o Poder Judiciário também é responsável por isso. E, talvez, o mais omissor de todos, seja o Poder Executivo, porque tem poderes suficientes, para colocar termo imediato nesta questão, e quiçá Vossa Excelência com esse pronunciamento venha enriquecer a história do Paraná, para colocar termo e ordem realmente que precisa na Região Oeste do Paraná.

Parabenizo-me com Vossa Excelência nobre Deputado e quero enfaizar também, roborando as suas palavras, que não é possível o trabalhador ficar à mercê de mosquetões guardando seqüestros colocados pela Justiça, homens que compraram suas terras, homens que fizeram fé, colocaram a sua juventude e a de sua família, estão morrendo, já quase de velhos, e até hoje o Governo não deu solução nenhuma.

Por que revolução, por que reforma agrária, se só fica no papel? É preciso ter consciência e responsabilidade, e o Governo, parece-me, se tiver responsabilidade, será o agente da solução dessa impasse.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, concluo e agradeço os apartes de todos, e desculpem-se não foi possível dá-los antes, por isso foi a censura que veio do Deputado.

E assim sendo, Sr. Presidente, concluímos, mais uma vez, com um requerimento à Casa, para que as diversas autoridades hajam com urgentes providências para colocar um fim a um angustiante e infeliz episódio que denigre a vida profícua e produtiva da Região Oeste do Paraná.

E digo mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos, inclusive, a gravação de vários depoimentos de agricultores que viriam depor, e que não vieram, pela informação dada de que a solução era imediata, através do Secretário da Agricultura do Estado do Paraná.

Tudo expectativa!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que resta, realmente, a esperança, porque onde há o homem ainda ela existe, e por esta razão, se Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná, mesmo não sendo de sua esfera, já que está no campo judicial, mas, mesmo ele que teve todo o instrumento na mão, como Ministro da Agricultura, supervisionando o IBRA da época, como Senador e tantos outros cargos importantes, porque é que neste episódio, o próprio INCRA na atualidade, não determinou a área prioritária de reforma agrária, desapropriando e titulando os agricultores que compraram terras, repito, do Banco do Estado do Paraná S/A., não foi de vendedores, de imobiliárias quaisquer.

Termino, Sr. Presidente, na expectativa de que esses cidadãos, que não puderam vir e dos que aqui estão, possam ter vislumbrada, ainda que tênue, uma expectativa de imediata solução do caso, entrelaçando-se nessa luta, todos os Poderes Legislativos que é a Casa do Povo e que é onde se deve trazer esses problemas que estão angustiando e entristecendo a História do Paraná e de nossa gente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança da ARENA se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Pausa)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Fará uso da palavra o Sr. Depu-

tado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto a ocupar esta tribuna para retomada de um tema que foi objeto de meu primeiro pronunciamento nesta Casa.

Sua importância, como antes salientei, embora seja de interesse do Paraná como um todo, está associado particularmente ao desenvolvimento da Região do Oeste do Paraná, em especial dos municípios que me honraram com sua preferência nas últimas eleições.

Refiro-me ao projeto do polo industrial da citada região que tem sua sede no eixo Cascavel-Guaíra e para criação do qual um dos suportes básicos indispensáveis é a expansão de um sistema viário apoiado na futura Ferrovia do Soja como componente do programa do corredor de exportação do Paraná, voltado para o terminal portuário de Paranaguá.

Nesse sentido, é muito gratificante para mim poder anunciar que um dispositivo precursor do 2.º Batalhão Ferroviário do Exército cito já entrou em contato com o Prefeito de Cascavel, solicitando o terreno para se instalar em nossa região, a fim de dar início aos trabalhos preliminares de construção da ferrovia Guarapuava-Cascavel, uma das metas do Plano de Desenvolvimento Ferroviário Federal, cuja execução e atual administração estadual, chefiada pelo Governador Ney Braga, considera da mais alta prioridade.

Ainda recentemente, o Ministro Eliseu Rezende, titular da Pasta dos Transportes, em visita ao Paraná, confirmou a disposição do Governo Federal de iniciar a construção da Ferrovia do Soja, no trecho acima citado, como primeira etapa do projeto que visa ligar o Mato Grosso do Sul com o Porto de Paranaguá, por estrada de ferro.

O estudo de viabilidade econômica em que se baseou o projeto final de engenharia desse trecho ferroviário, demonstrou que o transporte por estrada de ferro representará uma redução nos custos dos fretes da ordem de mais de vinte por cento.

É fácil avaliar o que essa redução de custos pode representar para possibilitar a melhoria da renda do produtor, bem como a influência que deverá ter, na estrutura de preços pagos pelo consumidor final.

Esses benefícios, no entanto, não se esgotam com o escoamento mais econômico de nossos produtos primários, eles devem também influir no sentido de procurarmos elevar o valor agregado da produção mediante a sua transformação industrial, tanto quanto possível, a partir das próprias fontes produtoras, pelo desenvolvimento de uma agro-indústria regional, como etapa inicial de um processo de industrialização mais amplo.

Já em nosso primeiro pronunciamento nesta Casa, focalizamos a nova política do Governo Federal, que visa promover a desconcentração industrial do País, hoje excessivamente concentrada no eixo Rio-São Paulo, a qual entre as suas grandes distorções, vem provocando incalculáveis danos no meio ambiente e agravando as disparidades regionais e os desequilíbrios entre Estados. Apontado como um dos Estados que oferece excelentes vantagens locais comparativas, para fixação de indústrias, o Paraná pode ser um dos que mais venha a se beneficiar nesse novo processo de desconcentração industrial. Esta alternativa não significa, porém, deslocar indústrias do eixo Rio-São Paulo por exemplo, exclusiva mente megalópolis poluída, mas sim, promover uma desconcentração multipolarizada, através da interiorização de distritos industriais nas regiões do Estado que ofereçam condições adequadas.

Já no plano do Governo Jayme Canet Júnior, conhecido como objetivos e metas de desenvolvimento, estavam previstos três grandes eixos, a saber: Curitiba-Ponta Grossa, Londrina-Maringá, e Cascavel-Guaíra, mediante uma política

de implantação de distritos industriais como primeira grande tentativa de desenvolvimento equilibrado voltada, como diz textualmente o documento, para o desenvolvimento harmônico do nosso Estado, em luta contra os desequilíbrios regionais e uma melhor distribuição espacial.

Por sua vez, no programa Diretrizes Globais do Governo Ney Braga, se preconiza o incentivo ao desenvolvimento industrial através, segundo as palavras do documento respectivo, orientação e apoio à criação de distritos industriais, com prioridade aos polos industriais descentralizados.

Ora! Não é outra coisa que espera a região Oeste do Paraná!

Ainda agora, durante a 28.<sup>a</sup> reunião plenária das Associações Comerciais do Paraná realizada em Curitiba nos últimos dias de abril próximo passado, a Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná apresentou Memorial a ser encaminhado ao Governador do Estado e aos Secretários da Indústria e Comércio, e do Planejamento, no sentido de ser agilizada a implantação do polo industrial Cascavel-Guaíra.

Nesse Memorial cuja cópia me foi enviada pela entidade representativa das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do nosso Estado, seus signatários se reportam a um estudo da Secretaria do Planejamento, sobre o soja, armazenamento, transporte e comercialização, transcrevendo trecho que me permito aqui reproduzir:

Diz o estudo, textualmente:

"Enfatizando ainda a importância do Oeste no contexto da comercialização do soja, verifica-se que, os índices de crescimento da produção e armazenagem têm sido elevados, gerando um paradoxo de que, sendo o Oeste o maior produtor de soja em grãos do nosso Estado, é, em contraposição, a região de menor capacidade industrial, por não apresentar uma infra-estrutura adequada para tal fim".

Como se vê, são palavras autorizadas de um organismo de alto nível, do nosso Estado, reconhecendo a necessidade de dotar a nossa região, de infra-estrutura adequada para desencadear um processo descentralizado, de desenvolvimento industrial.

Mais adiante diz ainda o Memorial referido:

"O Oeste do Paraná é um dos celeiros do nosso Estado, pois, conforme estatísticas oficiais, em 1976 produziu 40,97% do total de soja, milho e trigo, produzidos em todo o Estado do Paraná.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O SR. DAVID CHERIEGATE** — Pois não. Tem Vossa Excelência o aparte.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Gostaria de cumprimentar o nobre companheiro, representante da nossa região Oeste paranaense, pelo brilhante pronunciamento que faz nesta tarde, com relação a implantação da Ferrovia do Soja que liga Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaíra e possivelmente, Assunção, no Paraguai.

E pela maneira extraordinária que Vossa Excelência tem lutado em benefício da implantação de polos industriais em todos os recantos da nossa região Oeste paranaense, para o melhor desenvolvimento da nossa matéria que produzimos na nossa região, o soja, o trigo e diversas outras de produção agrícola, nós queremos apoiar de público Vossa Excelência e lembrar tantos outros companheiros, que nesta mesma Legislativa já se pronunciaram, pedindo, tanto do MDB como da ARENA, a implantação da Ferrovia do Soja e a preocupação, Deputado David, que Vossa Excelência traz, sempre falando em nome das associações comerciais da nossa região, é de muita importância para o nosso povo, especialmente para os agropecuaristas de todo o Oeste paranaense.

Receba com o meu aparte o meu incentivo e o meu apoio

pelo brilhante trabalho que tem feito em benefício do Oeste paranaense.

**O SR. DAVID CHERIEGATE** — Muito obrigado. Agradeço ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque que tão bem tem representado o nosso Oeste do Paraná, aqui na Assembléia Legislativa.

Mas, continuando o nosso pronunciamento: "A suinocultura e a bovinocultura segundo projeções apresentará em 1980 um saldo industrializável de 1.560.168 cabeças.

Estes são apenas alguns exemplos. O Oeste do Paraná tem muito mais a oferecer. Oferece também um mercado consumidor, altamente promissor e em constante evolução, que consome boa parte destes produtos aqui produzidos.

No entanto, na região pouco se faz com estes produtos.

Em sua maior parte, são industrializados em outras regiões. Industrialização esta, que somente consome com os recursos financeiros da nossa região, nada trazendo de benefício, e além do mais, encarecendo os produtos finais pelo transporte duplo que ocasiona. Este é mais um dos motivos, pelo qual a industrialização é necessária para a região".

E prossegue: "Esta associação, em muitas vezes, já propugnou em favor da industrialização do Oeste. Para citar como exemplo, em outubro de 1977 apresentou uma proposição na XXV.<sup>a</sup> Reunião Plenária da FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DO PARANÁ, realizada em Foz do Iguaçu, para apressamento da implantação do Terceiro Polo Industrial do Estado do Paraná. E agora mais uma vez, voltamos a falar sobre o assunto. E, se Vossas Excelências nos permitir não só falar, mas reivindicar.

**O Sr. Egon Pudell** — Vossa Excelência me permite um aparte? (**Assentimento**).

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — A Mesa informa a Vossa Excelência, que tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

**O SR. DAVID CHERIEGATE** — Se o nobre Deputado Egon Pudell me conceder este minuto gostaria de concluir o meu pronunciamento.

Reivindicamos o apoio técnico financeiro, para o apressamento da implantação do 3.<sup>o</sup> Polo Industrial do Paraná.

O apoio técnico-financeiro consistiria na assistência jurídica, no planejamento e no estudo econômico-financeiro de viabilidade de implantação de empresas na região. O apoio financeiro consistiria no estudo da liberação de verbas especiais, através dos Bancos oficiais, para financiamento das empresas que aqui pretendessem se instalar."

"Como se vê, não se trata de um reclamo isolado de quem vos fala, mas reivindicação de toda uma coletividade altamente representativa da região".

Como medida relacionada com esse reivindicação, a Prefeitura de Cascavel já definiu a área de seu futuro Distrito Industrial, em local altamente estratégico, situado junto daquela cidade, no ponto em que as BR-277 e BR-369 fazem junção na altura da Rodovia asfaltada que liga as cidades de Toledo e futuramente, esse sistema viário estará acoplado à Ferrovia do Soja para integrar o Corredor de Exportação.

Gostaria de acrescentar que, ainda recentemente, por ocasião da visita do Embaixador da Polônia ao Paraná, Sua Excelência manifestou interesse do Governo de seu País em firmar contrato de financiamento com a CONTRIGUAÇU para instalação de equipamentos destinados à extração do farelo de soja que os poloneses desejam importar no Brasil. Adiantaria também que, a Prefeitura de Cascavel já doou à COTRIGUAÇU a área necessária para instalação de um complexo industrial destinado ao beneficiamento do soja, concorrendo desse modo, para a viabilidade desse projeto.

Srs. Deputados, ao levantar estas questões, nosso objetivo não é outro senão trazer ao conhecimento desta Casa, e ao mesmo tempo, do Governo Ney Braga, que tão auspiciosa-

mente se inicia, uma nova contribuição ao debate de momentosos problemas da região Oeste que, mais do que antes, está agora confiante nas perspectivas que se abrem ao seu desenvolvimento. Seu povo está convencido de que a diversificação econômica é o único caminho certo para consolidar suas potencialidades, evitando que o "rush" atual, que empolga aquela parte do Estado, seja tão rápido e vertiginoso quanto fugaz e meteórico, por falta de uma sólida infra-estrutura de sustentação.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Egon Pudell.

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lamenta, Sr. Deputado, mas o tempo de Vossa Excelência, na tribuna, está esgotado.

O Sr. Egon Pudell — Apenas, quero dizer que dipoteco minha total e irrestrita solidariedade ao pronunciamento de Vossa Excelência e, oportunamente teremos de entender esse debate que é tão importante para o desenvolvimento do Oeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Agradeço ao Deputado Egon Pudell.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, constante do expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124/78, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública o "INSTITUTO SANTO ANTÔNIO DO BEM ESTAR DO MENOR — ISABEM" —, com sede e foro na cidade de Santo Antônio do Sudoeste. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11/79, de autoria do Deputado EDILSON ALENCAR, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade — CEMIC —, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/79, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n.º 29/79, no qual solicita autorização para revogar doação de área de terras, situada no Município de Cambé, e que era destinada à construção de prédio para um Grupo Escolar. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/79, de autoria do Deputado CARLOS ZANLORENZI, que declara de utilidade pública o "MIS — Movimento de Integração Social" de Balsa Nova, com sede e foro no Município de Balsa Nova. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36/79, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que autoriza a doação de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Matelândia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

ção de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Matelândia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 40/79, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a Sociedade Paranaense de Ortodontia de Curitiba, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, oriundo da Mensagem Governamental n.º 50/79, que estabelece limites autorizativos para contratação de empréstimos, obtenção de financiamentos internos e externos pelo Tesouro Estadual, bem como concessão de garantias, fiança ou aval, e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, no seguinte teor:

"Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e nos termos do § 1.º, do Art. 146, do Regimento Interno, que a votação do Projeto de Lei n.º 45/79, seja feita em dois grupos de artigos, ou seja do Art. 1.º ao 5.º e do 6.º ao 9.º.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO."

Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação. O SR. LINEU TURRA — Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de saber o destaque dos artigos para a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Do artigo 1.º ao artigo 5.º e do artigo 6.º ao artigo 9.º.

O SR. LINEU TURRA — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem. Requeiro a Vossa Excelência verificação de votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

28 Srs. Deputados o aprovam;

10 Srs. Deputados o rejeitam.

**APROVADO o requerimento.**

Em discussão os artigos do 1.º ao 5.º, do Projeto de Lei n.º 45/79. (Lê os artigos).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, o eminente Deputado Líder da bancada majoritária na Casa, pediu com base no Art. 146, nesta fase de discussão, que se englobasse alguns artigos, mas o Regimento Interno, parece-me, é claro, e especifica, embora o requerimento tenha sido aprovado por esta Casa. É apenas para alertar que poderá ter divergência quanto à ordem formal no Regimento Interno com base no Artigo 146. Era o que eu queria alertar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente. Lamento ter que contestar o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, que realmente não é o que expede a Coonstituição e o Regimento Interno, mas, o Regimento determina que a votação em 2.º turno seja artigo por artigo. Entretanto, o Art. 146, § 1.º, permite que a requerimento de qualquer um dos Srs. Deputados, a



discussão e a votação se processe por grupos de artigos. Foi o que eu requeri e que esta Casa aprovou.

O SR. PRESIDENTE -- (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Alguns jornais como o "Jornal do Brasil" e "O Estado de São Paulo", publicaram que o Paraná teve crescimento negativo em janeiro e fevereiro. O crescimento negativo foi nos últimos dez anos, em relação aos outros Estados do sul.

Quem contesta estes jornais, é o Excelentíssimo Sr. Secretário das Finanças do Estado.

Nesta reportagem ao "Jornal Rural" e que hoje chegou às minhas mãos, vejam bem que é o próprio Secretário de Finanças que contesta os jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, dizendo que o nosso crescimento negativo não foi só em janeiro, fevereiro, o crescimento negativo foi nos últimos dez anos, em relação aos outros Estados do sul.

Confissão corajosa - diga-se de passagem -, do brilhante Secretário.

O Secretário ainda diz o seguinte, neste mesmo jornal:

"É preciso deixar claro que não é real a idéia do Paraná ser extremamente rico em termos financeiros. Não é. O fato é que o Paraná perdeu a posição de ICM na região sul. Tem uma renda "per capita" menor que a de Santa Catarina, tem uma renda muito semelhante à de Pernambuco."

E é também o Secretário das Finanças, neste jornal, que os Srs. Deputados devem ter recebido em seus gabinetes hoje, ao meio-dia, assim na verdade, o que se faz é contrair novas dívidas para pagar as atuais. O "Jornal Rural", terceira semana de maio de 1979.

Com estas declarações do próprio Secretário, é que nós queremos discutir a matéria.

Na discussão do Projeto de Lei nº 45/79, pretendo fazer certas colocações, inclusive para justificar o meu voto. Analisamos o projeto. Motivo, solicita autorização para contrair empréstimos até os seguintes limites: pelo art. 1.º, empréstimos internos, até os limites fixados nas resoluções do Senado Federal, que são, - é importante que os Srs. Deputados tenham em vista isto, já que não se fala em números neste artigo, apenas diz que os limites são os do Senado. E, pela Resolução 62, do Senado Federal, diz o seguinte: "A dívida colinidada interna, não poderá exceder de 70 por cento da Receita realizada no exercício financeiro anterior, excluídas as operações de créditos.

Os Srs. Deputados, pelas informações gentilmente feitas pelo Sr. Secretário, na manhã de hoje, nós temos a seguinte Receita realizada em 78: 14 bilhões, 703 milhões de cruzeiros. E, desse total, 2 bilhões, 797 milhões de cruzeiros se tratam de empréstimos.

Portanto, a nossa dívida, consolidada, a nossa receita do ano passado, excluídos os empréstimos, foi de 12 bilhões e 906 milhões de cruzeiros.

A Resolução 62, do Senado, permite que sobre estes 12 bilhões, o Estado empreste 70 por cento, ou seja, 9 bilhões e 34 milhões de cruzeiros. Como a dívida que já temos, a dívida consolidada interna, dados de março, é de 3 bilhões, 908 milhões de cruzeiros, resta-nos para endividamento interno, 5 bilhões e 126 milhões de cruzeiros.

Os Srs. vejam que nós estamos, pelo art. 1.º, autorizando empréstimos de 5 bilhões de cruzeiros. Pelo art. 2.º, a autorização é de 150 milhões de dólares, que é o preço de 22, 25 o dólar, preço de março, dará 3 bilhões e 920 milhões de cruzeiros.

Portanto, Srs. Deputados, na verdade, o que se pretende é uma autorização para se contrair empréstimos até um total de 10 bilhões e 383 milhões de cruzeiros. Dez bilhões de cruzeiros.

Se considerarmos que a esta importância se poderão somar operações de créditos provenientes do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, do Fundo de Apoio ao De-

envolvimento Social e do Banco Nacional de Habitação, cujos limites não estão incluídos na Resolução 62 do Senado, teremos o verdadeiro alcance da realização ora pleiteada. Somese a estes dados a dívida atual de 12 bilhões, e 467 milhões de cruzeiros, para se ter realmente o verdadeiro retrato da nossa situação econômica. São 10 bilhões pelas autorizações que estamos dando agora; são 12 bilhões de dívida antiga; são 22 bilhões de cruzeiros, e mais tudo que se puder contrair junto ao BNH, ao FAS e ao Fundo de Desenvolvimento Urbano.

Sob este aspecto, mesmo considerando-se que as operações terão de ser antes examinadas pelo Banco Central, agora, a partir de ontem, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Senado Federal, não podemos deixar de afirmar que em se aprovando o projeto como está, na verdade, a Assembléia Legislativa está delegando poderes ao Executivo.

De outra parte, a Mensagem não explícita, de fato, em que serão aplicados tais recursos, já que é muito vago se afirmar que serão utilizados para atender despesas de capital, contidos nos orçamentos anuais e plurianuais, ou para atendimentos de programas de rodovias alimentadoras.

Antes há que se indagar, que o Orçamento Anual, ou que Orçamento Pluri-Anual, já que até agora tais leis enviadas anualmente pelo Executivo à Assembléia não tem passado de meras listas de intenções. Não caracterizando como deveria ser, uma lei que realmente materializasse o plano de Governo.

Realmente, os orçamentos apresentados à Assembléia, têm trazido uma listagem de obras e sempre, invariavelmente, concluídas com duas ou três palavras, dizendo "e ou outras obras".

Portanto, tanto o plano Plurianual como o Orçamento Anual, são meras listas de intenções, porque na verdade, pela Lei Orçamentária nós permitimos tudo o que o Executivo queir.

Quanto ao programa de rodovias alimentadoras, que rodovias?

As contratadas a toque de caixa entre janeiro e 15 de março deste ano, sob a pressão irresistível dos empreiteiros, de um fim de Governo? Porque nós sabemos, e gostaríamos que a Arena revelasse quantos contratos foram feitos entre 1.º de janeiro e 15 de março? Nós sabemos, por ouvir dizer dos Srs. Engenheiros de dentro do DER, que praticamente todo o orçamento deste ano, ficou comprometido.

E se nós, realmente com a mentalidade paranista, quiséssemos levar ao conhecimento do Paraná a verdadeira situação em que se encontra este Estado acredito que passaríamos então a poder ser designados pelo nome de Parlamentares.

Aliás, a prática de se mandar mensagens à Assembléia, sem os cuidados devidos, não é nova. Sempre esta Casa recebe mensagem que nos deixa menor; a cada Mensagem recebida neste Legislativo, diminuimos em nosso tamanho, em nossos poderes.

Já o tempo do Governo Canet Júnior, apesar de afirmações e como a contida no seu plano: "Objetivos e Metas de Desenvolvimento", de que a captação de financiamentos, tanto por parte dos órgãos da administração direta, como da indireta, será previamente programada e compatibilizada com as possibilidades de amortizações, as Mensagens do Sr. Canet que chegaram a esta Casa, sempre primaram em nada esclarecer.

Tal procedimento leva à desconfiança e em consequência, à necessidade da rejeição, já que mesmo se acreditando nos bons propósitos dos homens que eventualmente, no momento ocupem o Poder, tais leis têm efeito por muitos anos. Tais desconfianças estão agora validadas, quando é o próprio Secretário das Finanças que afirma aqui na C.C.J., estar o perfil da nossa dívida consolidada, um tanto apertado para os anos de 79 e 80.

Srs. Deputados, o Estado terá que amortizar este ano, 3 bilhões, 108 milhões de cruzeiros, sem levar em conta os possí-

veis aumentos do dólar, ou seja, praticamente 25 por cento da arrecadação efetiva de 1978, está comprometida este ano, para pagamento da dívida contraída no Governo anterior.

E, se levarmos em conta que o dólar sobe de 20 em 20 dias, os Srs. chegarão ao "quantum" da nossa dívida real este ano apenas.

Para uma despesa prevista de 22 bilhões, nós arrecadaremos 19 bilhões. Aí está na verdade, a origem da necessidade dos novos empréstimos; aí está, a bem da verdade, a coragem do Sr. Secretário de Finanças, ao declarar a este jornal que, na verdade, o que se faz é contrair novas dívidas para pagar as atuais.

É o Sr. Secretário que afirma isto, e os números o demonstram, "Precisamos contrair novos empréstimos para pagar a atual dívida".

Melhorar o perfil da dívida, quer dizer, remeter para o próximo Governo, isto é, a partir de 1983, as dívidas contraídas agora, para pagar as contraídas ontem.

Srs. Deputados. Repetimos aqui o que já dissemos anteriormente: a capacidade de endividamento do nosso Estado é boa. E a sua capacidade de pagamento?

Sendo um Estado de base essencialmente agrícola, nossa economia depende fundamentalmente das condições climáticas. E se repetir o fenômeno das secas, da geada, ou se passarmos um ano de muita chuva?

Outro aspecto não cogitado na Mensagem é quanto aos juros e taxas. "Sem maiores dados, cumpre-nos no entanto, chamar a atenção dos Srs. Deputados para o perfil da nossa dívida apresentado nesta Casa pelo Sr. Secretário de Finanças".

Deve o Paraná, com dados de março - e com base no dólar a 22, 25, cifra que já está ultrapassada, deve o Paraná, entre principal e encargos, 12 bilhões, 467 milhões de cruzeiros; dívida interna - e chamaria a atenção dos Srs. Deputados, porque é comum se dizer que o dinheiro externo é barato. - e faço uma análise, de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Finanças, que me parece negar este fato.

Dívida interna: devemos de principal, 3 bilhões, 908 milhões, e de encargos, 948 milhões de cruzeiros; o principal correspondente a 80,5 por cento, e os encargos, a 19,5 por cento. Até parece que são encargos razoáveis: 19,5 por cento ao ano.

Dívida externa: principal, 5 bilhões e 31 milhões; encargos, 2 bilhões; 578 milhões. Total, 7 bilhões, 610 milhões. O principal correspondendo a 66 por cento, e os encargos, a 43 por cento, Srs. Deputados. O dinheiro interno, 19,5 por cento, o dinheiro externo, 34 por cento.

**O Sr. Darcy Deitos** - Vossa Excelência permite um aparte? **O SR. DENI SCHWARTZ** - Só para encerrar aqui.

Srs. Deputados, esses dados são da maior importância, pois estão a provar que o dinheiro externo é extremamente mais caro que o interno.

Os encargos dos empréstimos externos nos oneram em 34 por cento, enquanto que os internos em 19,5 por cento.

Ocorre, no entanto, e esta é a importância do assunto, que os empréstimos externos são em dólar, e portanto, corrigidos praticamente de 20 em 20 dias, o que não ocorre com o interno, que não consta existir correção monetária sobre os empréstimos internos. Então, a nossa dívida externa é corrigida de 20 em 20 dias, em função do valor do dólar.

**O Sr. Darcy Deitos** - Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede nesta oportunidade.

Mas, queria dizer que Vossa Excelência coloca muito bem a questão da dívida do Estado do Paraná, onde fica demonstrado que o perfil dessa dívida, em 79, é realmente caótica.

O Estado se encontra numa situação realmente apertada. Porque, com esse perfil de dívida, fica demonstrado que o Governo anterior, o Governo de Jayme Canet Júnior, no seu

afã de realizar obras eleitoreiras, endividou o Estado do Paraná a limites insustentáveis. Daí a necessidade do presente empréstimo, de 150 milhões de dólares, para fazer face ao equilíbrio da balança de pagamento, hoje, de 3 milhões de cruzeiros e mais 80 milhões de dólares para uma série de rodovias, que até hoje, não sabemos especificamente quais serão as beneficiadas, quais serão as construídas.

Mas, só para ilustrar Sr. Deputado, e veja Vossa Excelência tocou muito bem num ponto: se apanharmos hoje esses 250 milhões de dólares, e corrigimos a uma taxa anual de, no mínimo 40 por cento que é a desvalorização mínima do dólar nos últimos 3 anos, teremos, quando do primeiro pagamento, daqui a cinco anos, estaremos devendo, desses 230 milhões de dólares, um bilhão e 471 milhões de dólares.

Convertida essa importância à taxa de dólar de hoje, estaremos devendo 36 bilhões de cruzeiros quando formos efetuar o pagamento da primeira parcela.

Então, é realmente preocupante a questão do perfil da dívida do Estado do Paraná. Porque não somos nós que afirmamos, mas sim Sua Excelência o Sr. Secretário de Finanças, numa entrevista que concedeu a um jornal, onde a situação do Estado é realmente caótica. E se não obtivermos esse empréstimo, não sei como ficará o Estado que era o segundo da região sul. E hoje é ultrapassado até por Santa Catarina. A nossa renda "per capita" pode ser considerada como a de Pernambuco, que é uma das mais baixas da Nação brasileira.

Reafirmo, daqui, a minha pergunta que fiz quando Sua Excelência o Sr. Edson Guimarães esteve presente à reunião da CCJ: se, quando começar a vencer esta dívida, não teremos que contrair novos empréstimos para fazer essa cobertura, entrando naquela bola de neve que entrou o País, à esta altura, em maio, a nossa dívida deve estar perto dos 50 bilhões de dólares. Era este o meu aparte, Sr. Deputado.

Muito obrigado por sua deferência.

**O SR. DENI SCHWARTZ** - Esses dados que estamos fornecendo, demonstram que estamos pagando...

**O Sr. Quíselo Crisóstomo** - Vossa Excelência permite um aparte?

**O SR. DENI SCHWARTZ** - Posteriormente, com muita satisfação.

... estamos pagando juros e taxas praticamente cobrados por bancos comerciais.

O aspecto discutido em data de ontem, também foi com relação à caução das ações das companhias estatais. Para que fique nos Anais da Casa, repetimos nossa preocupação, pois, ao caucionar ações de empresas públicas, mesmo nos empréstimos internos, corre o Paraná o risco de ver, no amanhã, suas empresas desparanizadas.

Temos um exemplo recente que o Executivo sempre procura esquecer: trata-se da TELEPAR, hoje uma empresa apenas sentimentalmente do Paraná. Apesar de fruto de seus filhos, após longa luta iniciada - diga-se, a bem da verdade -, no primeiro Governo Ney Braga. Quando a Oposição denunciou as manobras da TELEBRÁS, foi tachada de radical e desinformada. Infelizmente, os fatos nos deram razão. Por isso, há de se cogitar até onde é válido endividar nossas empresas, transformando-as em presas fáceis das poderosas estatais nacionais, e principalmente da nova tecnocracia desestatizante.

Como nos sentiríamos, amanhã com a COPEL, nas mãos da ELETROBRÁS, ou pior ainda, nas mãos de um conglomerado de bancos particulares? Como é o próprio Secretário das Finanças que dá o caminho para a desestatização, a privatização das nossas empresas estatais, quando neste mesmo jornal diz o seguinte, aliás, numa denúncia que deveria merecer a atenção não só do Parlamento paranaense, mas do Parlamento nacional, quando perguntado pelo jornalista como faria com a atual restrição para empréstimos internacionais, o Sr. Secretário levantou um problema bastante sério:

"Uma das alternativas que vejo, é a obtenção de recursos já internacionalizados. Vários bancos, não sei se souberam do que acontecia ou tiveram um "feeling" mais apurado, detêm a posse de um montante em torno de 700 milhões de dólares dentro do Brasil, para empréstimos. Esses recursos estão dentro do País, não sofrendo restrição do "pacote". Diante disto, estou procurando obter uma parcela do montante para poder complementar os recursos estaduais".

Vejam os Srs. Deputados, a gravidade da denúncia.

Os Bancos deste País souberam que haveria o "pacote"; naturalmente, o Banco do Sr. Simonsen soube que haveria o "pacote", e os banqueiros correram à busca de dólares, para dentro do Brasil. Agora, se toma uma medida restringindo empréstimos externos, porque os dólares já estão aqui dentro.

Esta é a gravidade da denúncia do Sr. Secretário das Finanças, que de outra parte se desdiz, porque, no seu depoimento nesta Casa, afirmou que não poderia tomar empréstimos em Bancos particulares, mas agora, aqui nesta entrevista, diz que irá procurar os Bancos particulares. E o mais grave: as nossas ações serão caucionadas para Bancos particulares, e amanhã, a COPEL vai pertencer ao BRADESCO, vai pertencer ao BOZZANO SIMONSEN; a SANEPAR, ninguém quer porque deve ser até deficitária, mas as empresas que dão lucros poderão estar desestatizadas, amanhã, para bancos, inclusive nacionais, que souberam do "pacote", e foram buscar, de acordo com a própria denúncia do Sr. Secretário das Finanças.

Este é o outro aspecto que eu acredito de suma gravidade, e que até inclui problemas da mais alta indagação.

**O Sr. Quielse Crisóstomo** – Vossa Excelência permite um aparte? – (Assentimento).

O nobre Deputado Darcy Deitos, e outros que apartearam, outros oradores, e Vossa Excelência também na tribuna, dizem bem da preocupação do futuro investimento, mas nunca, poderia o Governo fazer, segundo o que eu pude entender, um plano analítico para investimento de obras, por exemplo, de pavimentação, porque é sabido que cada obra necessita de um levantamento feito em concorrência pública, não é coisa secreta, não é o que insinuam muitas vezes os tribunos da Oposição aqui, que se determine a construção de determinados trechos de estrada. Nunca houve isto.

As estradas do Estado do Paraná são feitas através de levantamento de viabilidade econômica. Os pedidos políticos são feitos. Os seus, os nossos, mas não são atendidos, não. Nem os seus, nem os nossos. O que é atendida é a necessidade do povo, através de um levantamento técnico de viabilidade econômica e de concorrências públicas para esses levantamentos de viabilidade econômica.

Assim é que, muitas vezes, à primeira vista, uma obra deveria ser preterida para uma outra, do nosso interesse, e não acontece. Por que? Porque o planejamento do investimento de obras destinado à pavimentação, por exemplo, que é a maior preocupação que vejo aqui dos tribunos, só pode ser definido após feitos os levantamentos de viabilidade econômica. E esses escoamentos são dirigidos, são função de função numa equação. O Sr. Deputado da tribuna é engenheiro, deve lembrar de "função em função numa equação".

Função de planejamentos rodoviários nacionais. Não podemos dar uma diretriz estadual a um sistema de planejamento nacional, e sim, o inverso. Nós temos que adaptar o plano rodoviário estadual ao plano nacional, porque muitas são as rodovias nacionais que vêm gratuitamente beneficiar o plano rodoviário estadual. Assim é que, nós nos fixamos na ordem dos fatores. Liberamos o crédito e fiscalizaremos depois, o investimento, inclusive na hora da formalização das concorrências para as firmas analíticas da viabilidade econômica.

Disse também o nobre Deputado no aparte, das obras eleitoreiras. Gostaria, tão somente, de aprender com ele, quais as obras não eleitoreiras. Todas as obras de um Governo resul-

tariam em benefícios eleitorais para o seu estímulo político.

E o MDB, evidentemente, só tem um tipo de obras eleitoreiras que o beneficiaria: a falência do Governo. No momento em que o Governo for mal na sua administração, no momento em que o Governo não realizar nada, daí a grande obra eleitoreira da Oposição. Aí a grande vitória, nas urnas, da Oposição, me permita dizer, e muito obrigado.

**O SR. DENI SCHWARTZ** – Bom, Deputado Quielse, eu responderia com uma frase que já citei.

Se Vossa Excelência recorda, e deve estar recordado, foi o próprio Governador Jayme Canet Júnior que, em 75, remeteu a esta Casa o seu "Objetivo e Metas de Desenvolvimento", onde ele frisava textualmente o seguinte: "A captação de financiamento, tanto por parte dos órgãos da Administração direta como da indireta, será previamente programada e compatibilizada com as possibilidades de amortização".

E o que não ocorreu com as mensagens, duas mensagens de empréstimo que ele mandou, e nem com a atual. Nós não sabemos qual o programa e era o "seu" próprio Canet que dizia e afirmava em seu documento.

Quanto à falência do Governo, posso afirmar a Vossa Excelência que estamos no mesmo barco. Não queremos que o barco afunde. Não nos interessa a falência do Governo. Agora, o Governo, se falir, que entre em falência sozinho, porque, acima do Governo, está o povo, e nós tememos que este povo tenha que vir pagar com altos juros e altas taxas amanhã ou depois, os empréstimos agora e não tão bem aplicados.

E para que não parem dúvidas no prosseguimento do meu discurso, talvez eu tenha e os Srs. irão concordar, pelo menos intimamente, onde estão as fontes para a chamada crise paranaense, que não é tão crise, e não queremos que entre em crise.

Prossigo, Srs. Deputados:

"Muito se tem falado sobre a necessidade, nos dias atuais, de se usar empréstimos para promover o desenvolvimento, e é indiscutível que não é mais possível promover o desenvolvimento sem a injeção de outras fontes que não as de arrecadação própria. De outra parte também se discute até onde tal tomada de empréstimos é possível, sem o comprometimento das instituições e o aumento da espiral inflacionária. Afinal é o próprio Governo Federal de João Baptista Figueiredo que procura por todos os meios cortar o seu próprio orçamento, com medidas anti-inflacionárias.

Da nossa parte, cremos que numa discussão como a em pauta, não se pode decidir, sem informações mais esclarecedoras. Somos favoráveis a que o Governo use a sua capacidade de endividamento para que se desenvolva o Estado, mas queremos a certeza da aplicação dos recursos nas obras realmente prioritárias e econômico-social viáveis.

Já no documento citado, do Sr. Jayme Canet Júnior, se afirma ser a renda "per capita" do Paraná menor que a média nacional e que um de seus propósitos - Governo Jayme Canet - era inverter tal situação.

Apesar dos empréstimos conseguidos por aquele Governador, bem como o aumento do percentual da mão-de-obra ativa do nosso Estado, o que ocorreu, a nossa renda "per capita" se iguala hoje à de Pernambuco. Não foi alterada dentro do quadro nacional. Quais as razões?

Setores beneficiados, que não os proprietários?

Obras que, na pressa da inauguração, se constituem em verdadeiros atentados à segurança pública, como é o caso do Viaduto Capanema, aqui em Curitiba, cujos parapeitos já estão a cair, porque na pressa de se inaugurar, não se cuidou da segurança.

Continuamos crer que a maior parte dos recursos, tão necessários, serão conseguidos do próprio Governo Federal como contrapartida do muito que temos dado ao País. E é o Deputado Cyro Martins, da ARENA, que subiu à tribuna, hoje,

para reclamar as obras que o Governo Federal não tem feito, neste Estado. O recurso para o Paraná, vejam os Srs., é o próprio Sr. ex-Governador que citei, já em 1975, as experiências de um passado recente demonstraram certa desritmia entre a cooperação federal e a contribuição estadual, pois ambas poderiam ter sido maiores e mais eficientes em proveito, não só dos paranaenses, mas de todos os brasileiros. Tal desritmia continua, continuou e continua, exigimos, Srs. Deputados, não pedimos; não requeremos; exigimos o pagamento da Estrada de Ferro Central do Paraná que o Paraná, com grande sacrifício e, aqui novamente, cito o Deputado João Mansur, então, Governador, com grande sacrifício para o Paraná, pagou e entregou de mãos beijadas ao Governo Federal, sob a promessa de lhe ser restituído o dinheiro e, até hoje, isso não foi feito. Exigimos, não pedimos e não mendigamos, a federalização das nossas universidades para que se possa melhorar o ensino do primeiro e segundo graus. Exigimos as ferrovias constantes do II Plano Nacional de Desenvolvimento, bem como, as rodovias do mesmo plano, estas quase todas e, inclusive, aí eu tenho de dizer e concordar com o Deputado Quielise Crisóstomo, o Paraná saiu a fazer rodovias do Plano Nacional, gastou dinheiro emprestado, endividou-se o Estado, para que a União não viesse aplicar dinheiro, aqui. Substituímos a União. Essa é uma grande verdade. E as rodovias do plano nacional que estão construídas, com raras exceções, foram construídas com dinheiro do nosso povo, enquanto Srs., agora, como o Sr. Deputado Cyro Martins, tem de vir pedir as estradas que não foram construídas.

Exijamos, Srs. Deputados, o fornecimento de energia elétrica ao nosso Estado, gerada no nosso Estado mas que é exportada para os outros Estados enquanto nós temos que sacrificar o erário público para podermos construir as nossas usinas.

Exijamos a descentralização industrial, para que não continuemos a ter, eternamente, uma economia primária exportadora.

Enfim, reivindicuemos mais para evitar o endividamento do Estado. Cada operação de crédito que conseguimos realizar, tem representado um recuo a mais do Governo Federal nas suas obrigações para com o Estado. Realmente, o Estado do Paraná, hoje, é cortado por estradas, o Sudoeste do Paraná é cortado por estradas feitas pelo Governo do Estado mas, 80km do plano federal, esses estão lá para quem quer ver. Não se pôs mais uma pedra e soubemos, inclusive, que o DER foi reivindicar para que ele construísse a estrada e até isso foi negado. É esse o posicionamento deste Deputado — à medida que nós recebemos financiamento, o Governo Federal recua e nós ficamos mais onerados.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

**O Sr. Luiz Alberto de Oliveira** — Deputado Deni Schwartz.

Tenho ouvido, com muita atenção, suas palavras quando analisa a Mensagem Governamental. Gostaria de discordar de V. Ex.<sup>a</sup> em duas colocações feitas, nesta tarde: a primeira com relação ao perfil econômico do Estado do Paraná; V. Ex.<sup>a</sup> há de saber de que a economia do Paraná tem mudado a sua face nos últimos anos, face exatamente às condições que o Governo do Estado do Paraná tem propiciado ao setor industrial. Mas não podemos pensar em desenvolvimento industrial do Paraná antes de 1960, pela falta de energia nas nossas diversas regiões do Estado do Paraná. Só foi possível o início de uma industrialização nesse Estado, exatamente para evitar essa dependência extrema do Paraná no setor agrícola, com a energia abundante, realizada através dos últimos governos.

A par disso há estudos, inclusive de órgãos insuspeitos, com a própria Organização dos Estados Americanos, quando analisa através da CEPAL a economia do Estado do Paraná para verificar que a renda "per capita" do paranaense tem crescido mais nos últimos anos do que a renda "per capita" de ou-

tros Estados brasileiros.

É bem verdade que esta inversão é recente, nos últimos anos, em função das grandes indústrias que têm sido instaladas no Paraná. Aqui mesmo em Curitiba, nós temos uma Cidade Industrial que tem propiciado novos recursos ao Governo, novos empregos e uma mudança do perfil econômico do Estado do Paraná. E o Estado haverá de continuar a mudar a sua face da economia através da implantação de agro-indústrias, que parece ser o caminho mais seguro para o nosso desenvolvimento.

Também gostaria de discordar da colocação de V. Ex.<sup>a</sup> quando se pergunta, se o Paraná terá capacidade de pagamento? Sabe-se que o Paraná tem capacidade de endividamento, e o Senhor mesmo coloca esta pergunta. Ora, o Paraná tem sido realmente e essa tem sido a preocupação maior do Plano Governamental, em mudar sua economia, em dar mais empregos e estabelecer o aumento da renda real de cada paranaense. E só será possível fazer isso desde que o Paraná coloque uma boa infra-estrutura a serviço da comunidade paranaense. O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte e diria o seguinte: que esse fato está sendo detectado há muitos anos e foi o próprio ex-Governador, que em se preocupando com o problema, tinha como meta mudar o perfil econômico do Estado, para usar o seu termo.

Mas o Secretário de Finanças que agora neste jornal, e eu recomendaria, inclusive a leitura desta entrevista, diz o seguinte: "Se falarmos em termos de crescimento, crescimento de economia, podemos dizer que o crescimento do Paraná vem sendo bom. Mas ainda há uma dependência muito grande do setor agrícola." Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós continuamos dependendo daquilo que se dizia sobre a agro-indústria, já no tempo do Governador Parigot de Souza. Nós continuamos dizendo hoje, porque não pudemos dar esse passo. E é o Secretário quem o diz e que nós defendemos aqui. Se verificarmos que a cada dois ou três anos temos um problema sério, a agricultura já era quase 40% da renda do Brasil.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — V. Ex.<sup>a</sup> há de concordar que não há Governo milagroso que possa, num passe de mágica mudar esse quadro do dia para a noite.

O SR. DENI SCHWARTZ — O problema é que não é um Governo que não está mudando. São diversos Governos que estão detectando e com toda a boa vontade não estão conseguindo. Porque nós não vivemos numa ilha. Nós vivemos num país e temos que mudar.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Aí tem o seguinte: se V. Ex.<sup>a</sup> analisar os últimos relatórios do BADEP, ou de economistas, até de economistas do partido de V. Ex.<sup>a</sup>, V. Ex.<sup>a</sup> há de convir, há de verificar que o aumento da renda do Paraná tem sido maior do que dos outros Estados, inclusive da própria Região Sul nos últimos três anos.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Ex.<sup>a</sup> fala bem, mas é o Secretário de Finanças que diz que no Paraná, inclusive por um problema de sonegação de impostos, nós precisamos mudar mais.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Nós precisamos mudar mais, concordo com V. Ex.<sup>a</sup>, mas nós temos mudado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Ele situa muito bem, que pode haver um aumento da renda, mas esse é problema da concentração da renda. E os "bóias-frias" que o Deputado Lázaro Dumont citou na reunião com o Sr. Secretário, cada vez aumentam mais.

**O Sr. João Mansur** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, lamento nesta oportunidade, talvez não poder oferecer um aparte à altura do grande pronunciamento que V. Ex.<sup>a</sup> vem fazendo nesta tarde, porque me encontrando sob cuidados médicos estou proibido de me emocionar.

Mas eu não poderia, nesta oportunidade, deixar de me

congratular com V. Ex.<sup>a</sup> V. Ex.<sup>a</sup> que já tem uma larga folha de serviços prestados à causa pública do nosso Estado, através dos diversos cargos executivos que já assumiu no Paraná, e que vem hoje fazer uma análise perfeita, e nós concordamos com a análise que V. Ex.<sup>a</sup> vem fazendo. Concordamos com a crítica que V. Ex.<sup>a</sup> fez porque nós também, na ocasião, criticamos a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, não a construção da estrada em si, mas pela forma com que ela seria construída, onde o Paraná se dava ao luxo de construir uma estrada, que era de obrigação exclusiva do Governo Federal.

Defendiam naquela ocasião aqueles que acreditavam e que desejavam ardentemente aquela rodovia, de que o Estado do Paraná, seria ressarcido pelo Governo Federal. E segundo me consta ainda e até hoje, o Governo Federal não ressarciu o nosso Estado de tudo aquilo que o Estado do Paraná investiu na construção dessa rodovia, diga-se de passagem, importantíssima para a economia do Paraná, porque vem escoar a produção do Norte do Estado, diminuindo em trezentos e tantos quilômetros do Norte do Estado até o Porto de Paranaguá.

Mas, quero, Sr. Deputado, possivelmente na segunda-feira, poder oferecer o aparte, ou também participar da discussão e do encaminhamento desse projeto, oferecer um aparte à altura do pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> na tarde de hoje. Queria apenas, para não deixar passar esta oportunidade, congratular-me com V. Ex.<sup>a</sup> e agradecer mais uma vez as referências que V. Ex.<sup>a</sup> fez ontem e hoje, quando na nossa passagem rápida é verdade, pelo Governo do Estado, nada mais fizemos do que atender o preceito constitucional, e como Presidente deste Poder Legislativo, por duas vezes assumimos os destinos do Governo do Estado, e o fizemos de cabeça erguida e pensando muito no Paraná, e muito mais no Poder que nós representávamos que era o Poder Legislativo, para dar demonstração ao Paraná, que os homens que ocupam esta Casa, também têm condições de dirigir os destinos do Paraná e do Brasil.

Portanto, Sr. Deputado Deni Schwartz, receba o meu aplauso, o meu apoio, e prossiga nesses esclarecimentos que são importantes.

Agora, finalizando, Sr. Deputado, quero dizer que realmente também me preocupa o endividamento do Estado, mas entre o endividamento do Estado e a paralisação de todas as obras, e o desemprego de centenas e de milhares de companheiros nossos, porque eu tenho estado em permanente contato com os empreiteiros do Paraná e que são quase que uma centena, e que estão quase que paralisados. Vamos, Srs. Deputado, conceder este crédito de confiança ao Governador Ney Braga, que já deu provas de capacidade, quando ocupou o Governo do Estado em 1960.

Vamos também fiscalizar a aplicação desses recursos, para que o Paraná possa continuar se desenvolvendo, mas possa acima de tudo, continuar oferecendo condições e recursos de trabalho aos nossos irmãos, aos nossos companheiros. Era o aparte que eu queria oferecer a V. Ex.<sup>a</sup> nesta tarde.

O SR. DENI SCHWARTZ — O aparte de V. Ex.<sup>a</sup> hora este Deputado, porque parte de um dos Deputados que mais conhece o Paraná e que já teve a honra inclusive, de governar este nosso Estado.

Srs. Deputados, como ensinamento aurido do economista Dudey Seers, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Internacional, quando afirma no que diz respeito ao desenvolvimento, as perguntas a serem feitas são as seguintes, que está ocorrendo com a pobreza, com o desemprego, com as desigualdades? Se os três tiverem sofrido uma queda sensível, então está fora de dúvida que houve um período de desenvolvimento econômico no País em questão.

Se um ou dois destes problemas básicos, tiveram se agravado, seria estranho chamar o resultado de desenvolvimento, ainda que a renda "per capita" tivesse aumentado.

Um plano que não tivesse por metas a redução da pobre-

za, do desemprego e da desigualdade, muito dificilmente poderia ser denominado um plano de desenvolvimento. A mensagem, Srs. Deputados, do Executivo, nada me faz crer que será reduzida a pobreza, o desemprego e a desigualdade. Isto, tendo em vista, que os empréstimos anteriores não reduziram no Paraná a pobreza, o desemprego e a desigualdade, até o ponto que o Sr. Deputado João Mansur muito bem defende este voto de confiança, o Sr. Deputado fala, que para evitar o desemprego, outros financiamentos já foram concedidos e não conseguimos evitar.

Queremos deixar bem claro que não somos contra que o Estado obtenha financiamentos, somos pela maneira, até certo ponto descortês, com que estes pedidos vêm à Assembleia e, porque não dizer, pelo montante.

Estamos na verdade, inclusive, retirando da Constituição, uma das obrigações deste Poder. Por que não se pedir em parcelas menores? Será que amanhã este Parlamento não teria esta mesma boa vontade de aceitar pedidos deste tipo? Por que pedir para quatro anos? Iremos então fechar esta Casa?

É isto, Srs. Deputados, que faz com que, com toda a consideração que tenho para com o Governo que está no Palácio Iguazu, com toda a consideração que eu tenho para com os Srs. Deputados da ARENA, eu declare meu voto contrário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Continua em discussão a Mensagem nos artigos 1.º ao 5.º. Encerrada a discussão. — (Pausa). — Em votação, da mesma forma do artigo 1.º ao artigo 5.º.

O Sr. Lineu Turra — Para encaminhar, Sr. Presidente. (Assentimento). — Sr. Presidente, pretendíamos que esta Mensagem fosse votada artigo por artigo, porque queríamos mostrar que não é radicalismo da nossa parte em votar contra a Mensagem.

Nós votamos ontem, apreciando a Mensagem no aspecto constitucional, contra. Porque nos convencemos da inconstitucionalidade de certos dispositivos da Mensagem, e porque ela seria votada no todo, então nós votamos contra a Mensagem. Pretendíamos, hoje, votar determinado dispositivo desta Mensagem favoravelmente, mas como com este requerimento foram incluídos determinados dispositivos a favor dos quais nós iríamos dar o nosso voto, somos obrigados a votar contrariamente nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Em votação a Mensagem Governamental.

O SR. DARCY DEITOS (Pela ordem). — Sr. Presidente, gostaria que esta Presidência nos esclarecesse qual seria o "quorum" necessário para a aprovação desta matéria que está sendo votada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Maioria absoluta.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — ... dos Deputados presentes, evidentemente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Ah! Bem. Maioria simples.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — O requerimento do Deputado Erondy Silvério, já votado por esta Casa, Sr. Deputado Darcy Deitos, no qual pede que a Mensagem fosse votada em dois tópicos, do 1.º ao 5.º e do 6.º ao 9.º, isto faz com a Mesa esclareça que este requerimento foi votado por maioria dos Deputados presentes.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem). Mas eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> observasse o artigo 21 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — O artigo 21 é por demais amplo. V. Ex.<sup>a</sup> cite o dispositivo do 21.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, tenho a impressão que o Deputado está ligeiramente equivocado. O que dispõe a Constituição do Estado, em seu artigo 22, se não me engano, inciso 4.º, é que a votação é pela maioria simples, claro, observado o "quorum" necessário, que é a meta-

de mais um, dos Srs. Deputados. Mas para que seja dirimida esta dúvida, Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que determine que se proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificar quantos estão na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Deferida a questão de ordem do Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Solicito do Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — 44 Srs. Deputados responderam a chamada.

Em votação do artigo 1.º ao artigo 5.º.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovados.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> me permita que interrompa por instantes a discussão e votação da Mensagem Governamental que a Casa ora aprecia, para uma comunicação importante.

Ocupou hoje a tribuna desta Casa o nobre Deputado Nelson Friedrich que, em inflamado discurso, fez uma das mais belas, comoventes e justas defesas, de paranaenses que estavam sendo esbulhados em seus direitos. Mais precisamente, paranaenses que vivem na Colônia São Pedro, em extensa área de terras, no Oeste deste Estado.

E, naquela oportunidade, S. Ex.<sup>a</sup> não poupou críticas ao atual Governo do Paraná.

E neste instante, Sr. Presidente, trago a seguinte comunicação à Casa: "O Governador Ney Braga, recebeu comunicado hoje, dando ciência de que foi indeferido recurso extraordinário interposto pelos autores na ação cível, que contendam com o Banco do Estado do Paraná S.A., relativo ao imóvel denominado "Colônia São Pedro", no Município de Toledo, numa área de 5.357,80 hectares, onde vivem de 80 a 200 famílias em constante tensão social.

O assunto foi uma das primeiras preocupações do Governador Ney Braga, que, atendendo a centenas de solicitações, determinou todas as providências através das Secretarias da Justiça e Agricultura, no sentido de solucionar o problema que se arrasta há dezessete anos na área judicial, trazendo dessa forma a tranquilidade e a paz social naquela região.

Assim, dado termo a momentosa questão, as famílias que vivem na Colônia São Pedro, têm a posse assegurada da extensa área de terras no Oeste do Estado.

O Secretário da Justiça, Octávio Cesário Pereira Júnior se manifestou profundamente satisfeito com a solução do problema". E não é outra, Sr. Presidente, também, a posição da bancada da ARENA, nesta Casa, que enaltece, mais uma vez, as grandes qualidades de Líder e de homem de profunda sensibilidade humana como demonstrou o nobre Governador do Estado, Ney Braga.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem). Sr. Presidente, Srs. Deputados. Gostaríamos de, através nossa manifestação, se efetivamente se trata do término do problema, sem outros expedientes de ordem recursal dessa espécie, na esfera judicial — nossa felicidade. Porque, fizemos aquele pronunciamento exatamente para retratar a realidade, por mais dura que ela possa ser.

Se foram consideradas como críticas as colocações feitas é possível. Mas, antes de críticas, foram feitas constatações de 15, dezesseis, dezessete anos em que tivemos expoentes da vida pública do Paraná, em cargos também expoentes do País, com instrumentos em suas mãos para, de uma vez por todas, pôr termo ao caso. E esses instrumentos não foram acionados.

Foram constatações que fizemos em nosso pronunciamento. Mas fico extremamente feliz. E oxalá esteja eu certo

agora, ao interpretar esta mensagem dada pelo ilustre Líder da bancada majoritária, que seja, efetivamente, o término e que não hajam mais expedientes de ordem legal para que se continue procrastinando e protelando a decisão derradeira do tão famigerado caso da Colônia São Pedro, de Toledo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em discussão os artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º do Projeto de Lei n.º 45/79.

— (Lê os artigos). — Encerrada a discussão. — Em votação.

— **Aprovados.**

Em votação o projeto. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 26/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 08/79, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PORTO RICO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 11/79, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, mediante a absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 15/79, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, com a interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 40/79, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Curitiba, objetivando a aplicação de recursos financeiros na execução de obras de complementação da Via de Ligação Curitiba-São José dos Pinhais. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 43/79, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 36/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 44/79, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, com a participação e interveniência de órgãos que especifica, que objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**



2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 37/79, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Curitiba, objetivando apoio financeiro em obras de infra-estrutura da Capital, constantes do "Programa Especial de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem no último dia 12 do corrente mês, do "Dia da Enfermeira". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem no último "Dia 15 o dia alusivo à Assistente Social. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lauro Elias, ocorrido na cidade de Jacarezinho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Jacy Feltrin, ocorrido em São Jorge do Ivaí. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, com o apoio dos Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes, Pinto Dias e Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Helena Esperidião, ocorrido na cidade de Paranavaí. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Felipe de Azevedo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento, em trágico acidente automobilístico, do jovem Walter Carreira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Canal 4 e à Rede Tupi, pela excelência do programa "Abertura". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes a diversas autoridades, para que de uma ou de outra maneira, sejam desenvolvidos esforços para pronta solução do angustiante problema possessório existente há quinze anos no Distrito de São Pedro, Município de Toledo. — **Rejeitado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (**Pela ordem**). Sr. Presidente, tenho a impressão que o requerimento do Sr. Deputado Nelson Friedrich perdeu a sua oportunidade, diante da comunicação que acabamos de fazer, em nome do Sr. Governador, à Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa esclarece o Sr. Deputado, que haveria então a necessidade de o autor...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não. Nós só estamos justificando o porquê de votarmos contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, gostaria que nós pudéssemos ter, efetivamente, a confirmação de que a questão em referência está totalmente terminada, quer dizer, não há mais o que se fazer porque acho que, há fatores, mesmo que nós tenhamos a solução em termos de Tribunal Federal

de Recursos, há expedientes, agravos etc., que são possíveis de serem interpostos. Além do mais, há o problema fático de, por exemplo, o grupo Padovani estar usando mais de seiscentos alqueires. Então, como o pedido é genérico, ele passa a ser mais viável e a presença dele se torna extremamente útil, porque, há desdobramentos, até de uma decisão dessa, desdobramentos que seriam até na parte de execução de uma possível sentença etc., etc.. Em razão disso, parece-me que ainda é oportuno e mais do que nunca, para que não fique agora, a coisa paralisada, como aconteceu, e por isso acho tempestivo, defendendo e gostaria que a própria bancada da ARENA pelas manifestações que nós tivemos até nos apartes do pronunciamento e pelo Presidente da FETAEP que também, ilustre colega da Assembléia, Deputado Lázaro Dumont e todos os demais, que presentemente acredito, ser efetivamente útil até isso, porque há desdobramentos de qualquer decisão judicial, que implicam inclusive em medidas de ordem de justiça, medidas de ordem administrativa, de ordem, afinal de contas, da própria execução de qualquer sentença ou decisão. — (**Sem revisão do orador**)

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Continua em votação.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis permanecem como estão. — **Rejeitado o requerimento.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu pediria verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa deferir. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Os que rejeitam, queiram levantar-se.

11 Senhores Deputados aprovam; 27 Senhores Deputados rejeitam. — **Rejeitado o requerimento.**

O SR. LÁZARO DUMONT — (**Pela ordem**) Sr. Presidente. Lamento interromper V. Ex.ª, mas faz uns minutos que estava apertando o botãozinho aqui e não acendia a luzinha. Gostaria de fazer uma declaração de voto no requerimento que recentemente foi votado e que votei favoravelmente pelo seguinte. Fico imensamente satisfeito e feliz com a...

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa informa que é matéria vencida e que declaração de voto deverá ser encaminhada por escrito à Mesa.

O SR. LÁZARO DUMONT — Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Recursos Humanos e Diretor do I.P.E., no sentido de que sejam criadas Cooperativas de Consumo com Seções de Crédito, para atendimento dos servidores públicos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Educação, no sentido de evitar repressão por parte das autoridades, por ocasião da reunião que os estudantes brasileiros realizarão na cidade de Salvador. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que proíba a exportação de óleo vegetal (comestível), através dos Portos de Paranaguá e Antonina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, encarecendo informações a respeito de exportações de óleo vegetal (comestível) no exercício de 1978, bem como no presente exercício, até esta data. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando sejam indicados quatro (04) Parlamentares para representarem esta Casa no III Encontro Nacional de Integração Municipalista, a realizar-se

em Manaus. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Eron- dy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, evidentemente, nós somos favoráveis ao requerimento; apenas, nos resta uma dúvida, que eu gostaria que a Comissão Executiva esclarecesse. Como esse encontro municipalista será realizado no extremo Norte do País, sabemos que as despesas de locomoção e estadia são elevadíssimas. Gostaria de saber se a Mesa, efetivamente, se a Comissão Executiva dispõe de recursos e de verbas apropriadas para custear a viagem, a representação dos dois eminentes Deputados que representarão este Poder. Caso contrário, se for por conta dos Srs. Deputados, pediria que a Mesa informasse ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa informa ao nobre Deputado, que a Comissão Executiva...

O Sr. **Fidelcino Tolentino** — Sr. Presidente, só pela ordem, quero esclarecer que o Deputado requerente desta matéria, em hipótese alguma tem condições, de qualquer forma que deliberar o Plenário, e a Comissão Executiva, de qualquer forma, não tem condições de fazer uma viagem dessa natureza. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa informa aos nobres Deputados que a Comissão Executiva não tem verba específica para o fim solicitado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu nem de longe, absolutamente, insinuei que o autor do requerimento pretendesse representar este Poder, o que é lamentável porque este Poder estaria bem representado por um homem que, realmente, tem honrado as tradições do Poder Legislativo do Paraná e que, como já disse anteriormente, é homem que conhece profundamente as questões constitucionais e regimentais; portanto, seria uma honra para a Assembléia do Paraná ter como nosso representante o nobre Deputado Fidelcino Tolentino. Mas, eu proponho, então, se faça um adendo, se concorda o nobre Deputado, para que se inclua — “sem ônus para o Poder Legislativo”. Nós votaríamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Está em votação o requerimento com emenda proposta pelo nobre Deputado Eron- dy Silvério. — Em votação. — Os Srs. Deputados que forem favoráveis, com emenda, permaneçam como estão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, lido da tribuna, solicitando seja oficiado a diversas autoridades, reivindicando para o Estado do Paraná, seja dada prioridade na execução de diversas rodovias. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministro da Agricultura, Fazenda e do Planejamento, Banco do Brasil, Governador do Estado e Secretário da Agricultura, no sentido de que sejam tomadas providências objetivando imediata alteração quanto à época de recebimento de propostas e aprovações de financiamentos de custeios agrícolas das culturas de soja, milho e trigo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, no sentido de que informe quais as CIRETRANS envolvidas no derrame de Cartelas de Habilitação “frias”. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Para encami-

nhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias. O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, na sessão de ontem tínhamos pedido para que fosse adiada a discussão do requerimento do Deputado Darcy Deitos, porque não tínhamos, naquela oportunidade, um conhecimento mais profundo da matéria e das suas pretensões.

Mas hoje, conversando e dialogando com o Deputado autor da matéria, entendemos perfeitamente da sua pretensão e das suas intenções, e por isso eu votarei também favorável ao requerimento do Deputado Darcy Deitos.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Continua em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em pedido de informações sobre rumores de que foi determinada a paralisação da obra asfáltica — Estrada 151 — Palmeira-Ponta Grossa. — Em votação.

O SR. CYRO MARTINS — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins. O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O nobre Deputado Lineu Turra apresentou este requerimento referente à estrada Ponta Grossa-Palmeira, afirmando como justificativa que a estrada está paralisada. Quero esclarecer ao Plenário, que estivemos na última sexta-feira conversando com o Deputado Lineu Turra, dizendo da nossa preocupação com respeito a algumas reclamações que na oportunidade tínhamos recebido. E que naquele dia estaríamos tendo uma audiência com o Sr. Secretário dos Transportes, e que nós traríamos a este Plenário a resposta do Secretário, Dr. Nivaldo de Almeida.

E a resposta nós a fizemos oficialmente através do jornal da cidade de Ponta Grossa. Eis porque em função das afirmações do Secretário de Transportes, que diz entre outras coisas o seguinte: o titular da Pasta de Transportes disse na oportunidade que não há qualquer objetivo de desativação, e existem verbas suficientes para a conclusão da obra, cujos serviços estão dinamizados. Informou também que em outubro vindouro, para facilitar escoamento da safra de trigo da vasta região, a rodovia estará totalmente em tráfego, tranquilizando com suas afirmações o Parlamentar que levou a citada preocupação. Trata-se de uma estrada de pouco mais de quarenta quilômetros, com vinte e seis já concluídos e faltando treze para concluir. Quero crer, que em função dessas afirmações do Secretário de Transportes, face à sua responsabilidade, não há necessidade de encaminharmos este requerimento de esclarecimentos ao Sr. Secretário.

Tenho respeito e já temos demonstrado esse respeito ao Deputado Lineu Turra, confabulando, dialogando com ele vários problemas de nossa região. E, em função do que nós conversamos sexta-feira, estão aqui os esclarecimentos necessários, porque acho que não há necessidade desse requerimento ser encaminhado ao Secretário Nivaldo de Almeida.

Obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Continua em votação.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, realmente nós quando encaminhamos o requerimento, segundo as informações que tivemos, é de que a estrada Palmeira-Ponta Grossa estava em processo de paralisação e que as máquinas que estavam trabalhando no trecho Tocanhu até o Rio Tibagi já estariam sendo retiradas.

Conversamos posteriormente com o Deputado Cyro Mar-

tins e ele nos demonstrou o propósito e a preocupação mesmo de entrar em entendimento com o Sr. Secretário de Transportes para saber o que havia de concreto sobre o assunto. E hoje o Deputado Cyro Martins nos traz a informação de que a estrada não terá a sua execução desacelerada, mas terá continuidade e que até o mês de outubro estará concluída a obra totalmente. Nós, com o respeito que temos e a confiança que temos no ilustre Deputado Cyro Martins que está irmanado conosco no mesmo propósito de levar adiante a obra e a conclusão, fazendo ingerências junto às autoridades administrativas para que assim aconteça, então, Sr. Presidente, nessa deferência, nesse respeito e também nessa confiança que nós depositamos no Deputado Cyro Martins, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que seja retirado o requerimento em questão. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere a solicitação do Sr. Deputado. — **Retirado o requerimento.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Deni Schwartz, Fiori Luiz e Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a convocação do Sr. Secretário dos Transportes, para, perante a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações prestar esclarecimentos. — Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente. Fizemos este requerimento juntamente com os outros membros da Comissão de Obras Públicas, de Transportes e Comunicações, para tentarmos dar um parapeito a uma onda de boatos que corre no nosso Estado. E gostaríamos que a bancada da ARENA permitisse a vinda do Sr. Secretário de Transportes até a esta Casa e na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, permitisse inclusive, o esclarecimento de boatos que correm de que, aquela Secretaria não tem mais recursos para todo este ano.

É por isso e neste sentido que é o nosso requerimento. Acho que até se dará, desta maneira, uma chance ao Sr. Secretário e ao próprio Executivo Estadual, de esclarecerem fatos que estão na boca de toda a população paranaense.

Com isso, apelo aos Srs. Deputados da ARENA para que permitam a vinda a nível de Comissão, do Sr. Secretário Nivaldo de Almeida. Já que um dos itens que pretendíamos ouvir do Sr. Secretário parece está prejudicado, que é o item quanto à aplicação do empréstimo que estamos discutindo na oportunidade.

É esse o meu apelo, que faço à bancada da ARENA. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente. Esse pedido se prende justamente àquilo que foi dito pelo nobre Líder da ARENA de que todos os pedidos seriam aceitos. E também há o interesse, o objetivo da nossa Comissão, da qual faço parte, a Comissão de Transportes, fazer alguma coisa, porque tenho a impressão pelo que tenho observado, já que pertenço a várias Comissões dentro desta Casa, que as Comissões pouco fazem. E posso até cumprimentar o Presidente desta Comissão, que é o Deputado David Cheriegate, da ARENA, que tem nos reunido quase que semanalmente, e tem se preocupado com as coisas afetas a esta Comissão.

Então neste sentido, é que nós fizemos este convite para que o Secretário dos Transportes, não tenha só atividades sociais, mas tenha também uma atividade um pouco mais de trabalho até e de trazer alguma explicação. Não só a nós membros desta Comissão, mas que nós possamos passar para frente essas informações, que seriam muito importantes porque eu li e tenho a impressão que todos os Deputados desta Casa leram, quando o Secretário dos Transportes abordava a sua preocupa-

ção. Isso porque, as verbas da Secretaria dos Transportes são muito pequenas para fazer face às despesas que aí estão.

Daí, além de se abordar esse aspecto já mencionado, e destacado pelo Sr. Secretário dos Transportes, além de fazer com que haja uma movimentação desta Comissão dos Transportes, seria também uma oportunidade até, se é que nós não sabemos de tudo, já que é impossível um Deputado saber de tudo, para se aprender um pouquinho até, dentro daquilo que pretende a Secretaria dos Transportes, nesse empréstimo que está pretendendo o Governo do Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, não pretendíamos usar a palavra, porquanto nos louvamos no depoimento dos eminentes Deputados componentes da Comissão de Transportes, pertencentes à bancada da ARENA. Em reunião realizada pela Comissão de Transportes, ficou acordado entre todos os seus componentes, entre todos os seus membros, que a fim de dirimir possíveis dúvidas com relação ao plano rodoviário do Estado, os membros da Comissão de Transportes, incorporados, fariam uma visita ao Sr. Secretário preliminarmente, para então se decidir ou não da convocação.

E acreditando neste depoimento dos eminentes Deputados arenistas, que são membros da Comissão de Transportes, é que a liderança da bancada considera extemporâneo o requerimento de convocação do Sr. Secretário.

E agora mais uma razão, Sr. Presidente, porque foi infeliz o nobre Deputado Nestor Baptista, quando disse que o Secretário dos Transportes deve abandonar as suas atividades sociais e cuidar mais das atividades administrativas. Eu quero afirmar, nesta Casa, que nenhum Secretário do Governo e nem do próprio Governador, não fazem relações sociais. Estão dedicados quase que em tempo integral, às exigências administrativas do Estado, em consequência do povo paranaense.

Não tem, efetivamente, os Secretários de Estado do atual Governo, tempo nem para participar dos concursos de beleza, Sr. Presidente. Por isto é que nós vamos negar provimento ao requerimento do nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, preocupado com o funcionamento da Casa, eu não poderia, na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, quando o Deputado Nestor Baptista disse que as Comissões pouco fazem nesta Casa, de pedir que ele oferecesse sugestão às comissões, da maneira que devem funcionar e o que falta, porque acredito que a nossa comissão funciona bem, todos os projetos estão em andamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Faço parte da Comissão de Justiça, faço parte, — se não me excluam ainda, da Comissão de Recursos Humanos, da Redação Final. E quero dar apoio ao Deputado, ressalvada das que eu faço parte, a Comissão de Constituição e Justiça é que se reúne. Porque as outras aparecem com processos aí pelo interior da Casa, pedindo que se faça adesão a pareceres. A Recursos Humanos e a Redação Final.

A Recursos Humanos nem da votação eu fui informado de quando foi reunida para a eleição de Presidente e dos demais membros. A verdade é que é caso jurisprudencial aqui, na Assembléia, a maioria das comissões não se reunirem; e que agora, algumas delas estão se reunindo.

Por esta razão, em socorro ao Deputado Nestor Baptista e resguardando a Comissão de Justiça, que é a que realmente funciona, com todas as cautelas regimentais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Em votação.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — O nobre Deputado quer encaminhar à votação?

O SR. ANTÔNIO FACCI — Não, Sr. Presidente, pela ordem, porque há uma afirmação do Deputado Nestor Baptista e agora o Deputado Tolentino, que apenas uma comissão na Casa funciona, o que não é verdade.

O Sr. **Fidelcino Tolentino** — Das que faço parte, Deputado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Não é verdade. Eu participo de duas comissões, a de Orçamento, por exemplo, tem que se reunir, efetivamente, mais no fim do ano, nenhuma vez, em mais de cinco anos que estamos aqui, houve pareceres da comissão que participo, no plenário. E na Comissão de Tomada de Contas, apenas neste ano, pessoalmente, já dei parecer em setenta e dois processos. E esta comissão se reúne efetivamente e os membros sabem disso. Então não porquê dizer que esta ou aquela comissão se reúnem. Se existem aqueles que não participam das reuniões das comissões, paciência, mas não se lance este tipo de acusação na Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Em votação.

Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como

estão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (**Pela ordem**). Sr. Presidente, apenas quero reafirmar o que falei e não retiro de forma alguma. E explico porque: pertenço à Comissão de Transportes, que já se reuniu, duas ou três vezes; pertenço à Comissão de Indústria e Comércio; que não se reuniu nenhuma vez; pertenço à Comissão de Redação, onde vem aqui, no Plenário, para que a gente possa assinar. E sou suplente de mais três outras comissões, que andam correndo para reunir o pessoal por aí. Então, reafirmo: e a Comissão de Constituição e Justiça, essa realmente funciona, e se ofendi algum Deputado que pertence a esta Comissão, eu retiro o que falei; porque tudo passa por esta Comissão. Mas, as outras, a que pertenço, com exceção a dos Transportes, até agora não funcionaram.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Em votação.

Srs. Deputados que foram favoráveis, permaneçam como estão. — **Rejeitado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente Regional do Banco do Brasil no Paraná, em forma de pedido de informações, sobre a data em que serão instalados os Postos Avançados de Serviço, criados pelo referido estabelecimento de crédito em vários municípios do Estado. — **Aprovado**. - Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, sexta-feira, à hora regimental, com a

ORDEM DO DIA

já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.